

alavanca

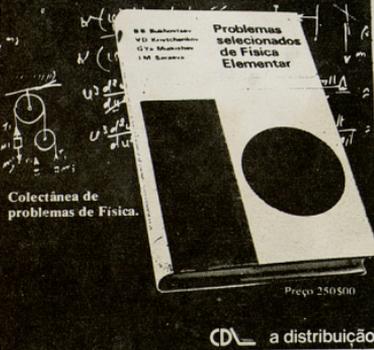
CGTP-IN

ANO 4 N.º 21 JANEIRO 1979 PREÇO 15\$00

*Unir
organizar
participar*

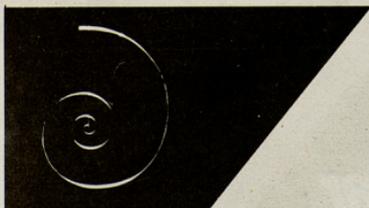
**Total desconfiança
ao Governo de direita**

Problemas seleccionados de Física Elementar



Problemas e exercícios de Análise Matemática

Soh a direcção de B. DEMIDOVITCH



Transportado pelos
CP Caminhos de Ferro
Portugueses

LEIA NESTE NÚMERO



▲ PLENARIO DA CGTP-IP
ACTUALIZA
CADERNO REIVINDICAT

1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL
17 E 18 DE FEVEREIRO DE 1979

PARTICIPA NA REESTRUTURAÇÃO SINDICAL
DA TUA EMPRESA DA TUA FEDERAÇÃO DO TEU SINDICATO DA TUA CENTRAL

PARA DEFESA DOS TEUS DIREITOS E INTERESSES

P ELÓ REFORÇO DA UNIDADE
ELÓ APROFUNDAMENTO DA DEMOCRACIA
ELÓ AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO

CGTP-INTERSINDICAL NACIONAL

CONFERÊNCIA NACIONAL
DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL

alavanca

CGTP-IN

ÓRGÃO MENSAL DA CONFEDERAÇÃO GERAL
DOS TRABALHADORES PORTUGUESES
- INTERSINDICAL NACIONAL

Rua Vítor Cordon, N.º 1, 2.º - LISBOA

DIRECTOR: JOSÉ ERNESTO CARTAXO



1.º FESTIVAL SINDICAL DE TEATRO DE AMADORES



O NATAL VIRA PARA TODOS

REDACÇÃO
E ADMINISTRAÇÃO:
RUA VÍTOR CORDON, N.º 1, 2.º
LISBOA

COMPOSTO E IMPRESSO
NA RENASCENÇA GRÁFICA, SARL
RUA LUZ SORIANO, 44
LISBOA

DISTRIBUIÇÃO:
CDL - CENTRO DISTRIBUIDORA
LIVREIRA

SUMÁRIO

Em directo com os leitores/Recenseamento: um dever e um direito	4
Editorial	5
Plenário da CGTP-IN actualiza «caderno reivindicativo»	6
Campanha de Fundos, uma tarefa prioritária	9
Contratação colectiva: Pela defesa do nível de vida dos trabalhadores	10
Unir, Organizar, Participar — Conferência de Organização	12
Manifestações do 1.º de Dezembro no Norte	16
O Natal virá para todos	18
Congressos sectoriais:	
Metalurgia, Metalomecânica e Minas	20
Hotelaria e Turismo	22
Ferroviários	23
3.º Conferência da Reforma Agrária	24
Dos despedimentos colectivos à política de desemprego	26
Encontro dos Agricultores Rendeiros do Norte	28
Delegação das Comissões Obreras em Portugal	29
CNT do Uruguaí — 12 anos de luta	30
Entrevista com P. Tagliacuzzi, da Federação metalúrgica italiana	31
1.º Festival Sindical de Teatro — Do êxito às responsabilidades	32
Desporto/Passatempo	34

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Continente	- Anual (12 números)	165\$00
	- Semestral (6 números)	85\$00
Ilhas (Por avião)	- Anual (12 números)	260\$00
	- Semestral, (6 números)	130\$00
Estrangeiro (Por avião)	- Anual (12 números)	500\$00
	- Semestral (6 números)	250\$00

Pedidos à Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses
- Intersindical Nacional - Rua Vítor Cordon, n.º 1-2.º - LISBOA

RECENSEAMENTO ELEITORAL

Está, oficialmente, aberta a inscrição para o recenseamento eleitoral, em todo o País, que se prolonga até ao dia 10 de Janeiro de 1979.

Cada cidadão português, homem ou mulher, maior de 18 anos, tem o dever cívico de inscrever-se neste recenseamento. Porque ele vai permitir que cada um de nós, portugueses vivendo em democracia, possa dispor, em futuras eleições, do seu voto entregando-o ao partido que julgue defender melhor os seus interesses de classe.

Como está estipulado por lei, esta inscrição é obrigatória. Quem, por qualquer motivo, não venha a inscrever-se, incorrerá em multa, que, qualquer que seja o seu montante, é sempre como que uma punhalada no já depauperado orçamento familiar dos trabalhadores e das outras camadas mais desfavorecidas (e são tantas, ainda, infelizmente!) da nação portuguesa.

Além do mais, e por amor próprio de saber ser dono de um voto, de uma voz, que é sua e que pode (e é) decisiva nos momentos eleitorais, inscrever-se neste recenseamento é um acto cívico importante, um imperioso dever, mesmo. Isto,

UM DIREITO E UM DEVER CÍVICO

em especial no que diz respeito à grande camada das gentes trabalhadoras e de menores recursos económicos. Porque, só desta maneira, poderão exercer um acto de tamanho valor político/social que é o seu dever de votar e de eleger os cidadãos dos partidos em quem mais confiam.

As inscrições nas listas eleitorais anteriores estão, a partir de agora, automaticamente anuladas, com esta nova lei eleitoral.

É, desta forma, só com o recenseamento que está em curso, se poderá obter a «carta de eleitor», que é o único e exclusivo documento com o qual cada um de nós poderá exercer o direito de voto.

Recensear-se é, pois, não só um dever, mas, sobretudo, um direito de todo e qualquer cidadão deste «País de Abril».



**Em directo
com os leitores**

JOSÉ DE ALMEIDA CRUZ — MOSCAVIDE

Como deve compreender, ficámos satisfeitos em receber as suas notícias, que nos dão a certeza de que a luta (como a nossa) pela defesa dos interesses das classes mais desfavorecidas, do povo português, é uma luta consiente e forte.

Quanto às poesias que enviou, publicamos, apenas uma delas, visto não haver possibilidades de publicar as restantes:

A nossa Reforma Agrária foi uma grande conquista. Luta revolucionária batendo o latifundiista.

Foi o fim da escravidão imposta pela tirania que a cada lar deu o pão, pão que antes lá não havia.

Pra fazer de refeição e a sua fome matar verdes bolotas do chão de noite iam a apanhar.

Porque a Pide era infernal só contra os trabalhadores. Era uma arma especial em defesa dos senhores.

Era muita a repressão. Nem se podia falar. E sempre a amanhar o chão para o burguês engordar.

O vinte e cinco de Abril com a repressão acabou. Foi-se à fera, no covil. —E a liberdade voltou.

CARLOS M. CANDAL — AVEIRO

Agradecemos a sua carta, bem como os exemplares do seu livro «Constituição da República e Declaração Universal dos Direitos do Homem», que a acompanhavam.

Na secção «livros recebidos» publicámos, na oportunidade, a recepção do mesmo, como, supomos deva ter visto.

INOCÊNCIO A. VIDAL — PORTO

Temos presente a sua carta de 13 de Novembro de 1978, cujo cheque que a acompanhava entregámos na administração de «Alavanca», para liquidação das assinaturas a que nessa sua carta faz referência.

Agradamos quanto nos diz acerca do contacto que temido com outros assinantes da nossa revista, acerca da melhoria constatada de número para número. Também levámos em consideração as sugestões que nos faz no sentido de melhorarmos, tanto quanto possível, a nossa publicação.

As duas poesias que nos mandou são bastante boas e enquadram-se dentro do espírito de orientação que preside na «Alavanca». Todavia, e dado o facto da premente falta de espaço com que temos vindo a lutar, nada prometemos quanto à altura em que uma delas (ou ambas) possam ser publicadas.

Daiqui agradecemos e retribuimos as saudações sindicais enviadas.

A LUTA CONTINUA

É com confiança, que não está todavia isenta de apreensões, que os trabalhadores portugueses iniciam este novo ano.

O Governo que acaba de assumir funções não ofereceu garantias de vir disposto a resolver os problemas dos trabalhadores e do país. Ao contrário, tende a agravá-los.

O programa apresentado pela equipa Mota Pinto à Assembleia da República não é mais que a continuação, para pior, dos aspectos negativos dos programas dos governos constitucionais anteriores, que tantos males causaram aos trabalhadores e ao povo português. Ele significa uma declaração solene de que a ofensiva contra as principais conquistas da nossa Revolução vai continuar com uma violência redobrada; que a política suicida que vem sendo seguida no campo económico e financeiro vai prosseguir; que a submissão ao imperialismo não será travada; que o ataque aos interesses e aos direitos dos trabalhadores e de outras camadas desfavorecidas do povo português vai crescer de intensidade.

Numa palavra: este Governo surge apostado — e as suas primeiras acções já o demonstraram — em satisfazer, mais plenamente ainda que os anteriores, as exigências dos grandes agrários e monopolistas e do imperialismo.

Esta é uma política que contraria flagrantemente os anseios e reivindicações dos trabalhadores, os interesses nacionais, o 25 de Abril e a marcha imparável da história.

Por isso, as apreensões dos trabalhadores portugueses, embora plenamente justificadas e legítimas, não os farão abandonar na sua determinada disposição de continuar a lutar por que esta política seja corrigida.

O ano de 1978 foi um ano de reforço do Movimento Sindical unitário e do movi-

mento popular, de consolidação da unidade e da coesão dos trabalhadores. Deram-se passos, insuficientes ainda, é certo, mas todavia importantes, no apuramento e no reforço da organização sindical. A Conferência Nacional da Organização Sindical, em Fevereiro, será mais uma importante etapa nesta caminhada.

O prestígio da CGTP-IN alargou-se, interna e externamente, com a adesão de 14 novos sindicatos filiados; com as constantes vitórias unitárias nas eleições sindicais; com a participação crescente e empenhada, nas grandes e nas pequenas acções, de muitas organizações não filiadas; com a troca de experiências, uma maior cooperação e crescente actividade a nível internacional.

Durante o ano que agora findou, muitas reivindicações justas e legítimas dos trabalhadores portugueses ficaram por satisfazer. Mas muitas outras pequenas e grandes lutas, no campo da legislação do trabalho, da contratação colectiva e em tantos mais, tiveram êxito.

Daí a actualização, no mês passado, do «caderno reivindicativo» dos trabalhadores portugueses, por que agora é necessário e urgente lutar.

A CGTP-IN continua a manter inalterável a sua confiança em que a luta dos trabalhadores e das forças democráticas e antifascistas determinará uma alteração na situação política que irá permitir a resolução dos problemas nacionais, a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e o cumprimento da Constituição.

Como o plenário da Confederação concluiu, na sua última reunião, «a situação exige serenidade na análise, firmeza na orientação, reforço da organização, unidade na acção, determinação na luta e confiança no futuro». A luta continua!

PLENARIO DA CGTP-IN MARCOU POSIÇÃO TOTAL DESCONFIANÇA AO GOVERNO DA DIREITA

Na «resolução político-sindical», os representantes dos trabalhadores caracterizam politicamente o novo Governo como «um Governo PPD/CDS, apoiado pelas organizações do grande capital, CIP, CAP e CCP».

Por esta razão, o Movimento Sindical Unitário manifesta ao IV Governo, desde já, a sua «total desconfiança» e a disposição de «combater activa e firmemente a sua presumível acção política».

Tal posição deve-se, simultaneamente, à composição e ao programa do actual Governo, que «claramente apontam no sentido de atacar os direitos, liberdades e conquistas dos trabalhadores».

Esta posição do Movimento Sindical Unitário «em nada altera a linha de orientação que tem vindo a ser seguida», pelo que os trabalhadores deverão continuar a formular as suas reivindicações «com o realismo que a situação concreta de cada empresa ou sector de cada empresa ou sector aconselha e a situação económica e financeira do país exige, tendo sempre a preocupação de estudarem e apresentarem alternativas de solução para os problemas que os afectam e ao país».

E neste sentido que o Movimento Sindical Unitário combaterá, como sempre tem combatido, as teorias do pequeno-burguesas do «quanto pior melhor» e da «luta pela luta»: um pelo desmissionismo que lhe está subjacente e que permite o acesso da direita reaccionária ao poder; e a outra, aventureirista, de que só resultaria o desprestígio da justa luta que as massas trabalhadoras travam em geral, trazendo em si o germe do sectarismo com o consequente enfraquecimento do movimento popular.

O Plenário exortou assim os trabalhadores e o Movimento Sindical, a todos os níveis da sua estrutura, a lutarem em torno das reivindicações gerais, aprovadas, «utilizando todas as formas de luta que se ajustem à dimensão e extensão dos problemas dos traba-

O Plenário da CGTP-IN actualizou, no dia 16 de Dezembro, o caderno reivindicativo dos trabalhadores portugueses, nomeadamente no que respeita a salários mínimos e prestações da Segurança Social, e aprovou uma importante «resolução político-sindical» na qual, após caracterizar politicamente o executivo de Mota Pinto como «o Governo do PPD/CDS, apoiado pelas organizações do grande capital, CIP, CAP e CCP», exorta os trabalhadores portugueses e o seu Movimento Sindical Unitário, a todos os níveis da sua estrutura, a lutarem pela defesa dos seus direitos e interesses de classe.

Nos trabalhos do Plenário, que decorreu nas instalações do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, em Lisboa, participaram representantes de 152 organizações sindicais, que aprovaram o orçamento da Central (de 64 mil contos), para o ano de 1979 e mandaram o Secretariado da Confederação a proceder «a todas as diligências visando o fortalecimento das relações e o estabelecimento de laços, a todos os níveis, com a CES (Confederação Europeia dos Sindicatos), pela forma que considere necessária».

Antes da discussão dos assuntos constantes da ordem de trabalhos, o Plenário ratificou, por unanimidade, o parecer favorável do Secretariado ao pedido de filiação do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Centro, que assim passou a ser o 123.º Sindicato da central única dos trabalhadores portugueses.

hadores e à sua capacidade de organização e mobilização». «Desde a discussão com o patronato e os órgãos governamentais, passando por uma maior utilização da via judicial, sem hesitar em utilizar o direito de manifestação e de greve sempre que se torne necessário», os trabalhadores deverão prosseguir o combate, contando, fundamentalmente, com a luta de massas, como forma de defenderem os seus interesses e não alimentando falsas expectativas em que os problemas sejam resolvidos de maneira fácil.

E dentro desta óptica que o Movimento Sindical exige desde já do Governo que, no verdadeiro respeito pelas leis do Estado democrático, «tome medidas no sentido de garantir o exercício dos direitos e liberdades democráticas e sindicais», designadamente para punir os bombistas e reprimir o desrespeito pela lei

em que o patronato reaccionário continuadamente reindica.

Pela unidade contra o divisionismo

O Plenário reafirmou também, mais uma vez, «a urgência e importância do combate em torno da defesa da unidade sindical, contra o divisionismo».

«A unidade dos trabalhadores — afirma-se na «resolução» — é um dos factores mais importantes com que éles próprios e as forças democráticas contam para defender o regime democrático, numa altura em que a reacção abertamente assumiu o Governo e fala em rever e combater a própria Constituição».

E por isso que o Plenário considera «incompreensível e a todos os títulos condenável e

vergonhoso» que a direcção do PS se tenha aliado no plano sindical «às forças que combatem a democracia e que inclusivamente pretendem marginalizar aquele partido».

«A luta pela unidade não é uma batalha ultrapassada e muito menos perdida» — proclamam os dirigentes sindicais, que recomendam aos trabalhadores que, consoante os casos, exijam às direcções dos seus Sindicatos o cumprimento das normas estatutárias e a prática da democracia sindical ou que participem massivamente nos trabalhos de discussão da Conferência Nacional de Organização Sindical, conforme estejam inseridos em Sindicatos cujas direcções são divisionistas ou unitárias.

A terminar, os dirigentes sindicais portugueses afirmam, na «resolução» que «a CGTP-IN não esconde aos trabalhadores a sua apreensão pelo evoluir da situação política para a direita». Todavia — prosseguem —, «porque essa evolução se tem realizado contra os anseios e reivindicações populares, contra os interesses nacionais, contra o 25 de Abril e, por isso, contra a História, a CGTP-IN continua a manter inalterável a sua confiança em que a luta dos trabalhadores e as forças democráticas e antifascistas saberão inverter o actual quadro político, forjando contra o espírito da Constituição».

«Foi o Povo português que, em aliança com os militares patriotas, fez Abril; foi o Povo que conquistou a Constituição e será o Povo que defendeção o regime democrático derá o que ela consagra». Por isso, «a situação exige serenidade na análise, firmeza na orientação, reforço da organização, unidade na acção, determinação na luta e confiança no futuro».

Caderno reivindicativo

O Plenário aprovou tam-

bém, por unanimidade e aclamação, uma proposta do Secretariado relativa à actualização das reivindicações imediatas dos trabalhadores portugueses.

Tais reivindicações estão contidas no «caderno» aprovado pelo Congresso de Todos os Sindicatos, em Janeiro de 1977 e haviam sido actualizadas pela última vez em 4 de Fevereiro de 1978.

Três ordens de razões justificavam a actualização. Por um lado, como se lê na proposta do Secretariado, «agravou-se desde então a degradação do poder de compra e das condições de vida dos trabalhadores e de outras camadas de baixos rendimentos». Na realidade, «intensificou-se e alta do custo de vida, face a um baixo nível geral dos salários e prestações da Segurança Social», aumentou o desemprego e o número de despedimentos colectivos e individuais; degradaram-se os serviços médicos e a assistência na do-

ença para a maioria da população; continuaram por resolver os problemas da habitação; aumentaram as dívidas do patronato à Previdência; e o funcionamento estadual do sistema de Segurança Social não corresponde às necessidades de melhoria efectiva do salário indirecto.

Por outro lado, intensificou-se a ofensiva reaccionária contra a Constituição, visando liquidar o regime democrático, os direitos e liberdades democráticas e as outras grandes conquistas da Revolução e reconstituir o poder monopolista. Como o Plenário adverte, «a formação do Governo Mota Pinto corresponde, neste plano, a um reforço do apoio do aparelho de Estado às reivindicações da CIP, da CAP, da CCP e das multinacionais, no sentido da revisão das leis do trabalho progressistas, a fim de anular os direitos nelas consagrados. Finalmente, «a luta dos trabalhadores e do Movimento Sindical forçou os Governos

anteriores a satisfazer algumas das reivindicações como é o caso do prazo de vigência de 12 meses para as tabelas salariais, conseguindo-se assim evitar uma degradação ainda maior das condições de vida».

Por todas estas razões, as reivindicações satisfeitas, total ou parcialmente, tinham de ser alteradas. O reajustamento a que agora se procedeu tem, pois, em conta, os motivos anteriormente indicados e «não prejudica a plena manutenção de todas as restantes propostas e reivindicações», havendo apenas que fazer algumas modificações formais.

A contracapa deste mesmo número de «Avançada» destaca algumas das mais importantes reivindicações aprovadas pelo Plenário. Todas elas deverão entrar em vigor a partir de 1 de Janeiro do ano que agora começa, caducando a 31 de Dezembro, salvo o caso de o aumento do custo de vida exceder as previsões em que assentou a determinação do

ACTUALIZADO O "CADERNO REIVINDICATIVO" DOS TRABALHADORES PORTUGUESES



PLENÁRIO NACIONAL DA CGTP-IN

respectivo cálculo.

Em matéria de actualização dos salários e prestações da Segurança Social, o Plenário reivindicou também alterações relativas a impostos e contribuições. Exige-se, nomeadamente, a redução da carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho (fixação do mínimo de isenção do imposto profissional em cem contos anuais e aumento das deduções na matéria colectável por cada filho e cônjuge) e o agravamento da tributação para as classes de maiores rendimentos, através do aumento das taxas de imposto de capitais, das contribuições industrial e predial (para os escalões de rendimentos mais elevados) e bem assim do agravamento dos impostos

frutas sazonais, produtos hortícolas, medicamentos de maior consumo e peças de roupa e calçado de qualidades a determinar.

Os trabalhadores portugueses lutarão ainda, em matéria de política de preços, pela fixação de preços máximos para todos os produtos de amplo consumo popular que não estejam incluídos no «cabaz» e pela fixação de margens de lucro máximas por produtos ou por sectores.

Os trabalhadores exigem, ainda no domínio dos salários indirectos, e mais concretamente no da habitação, medidas efectivas de apoio às cooperativas de habitação, nomeadamente a nível de crédito mobilizado (que permitam a total bonificação da capacidade daquelas) e a construção, durante o ano que agora iniciamos, com a participação

todos os limites às actualizações de salários, prestações complementares da remuneração e outras prestações pecuniárias, impostas pelo decreto-lei 121/78 (decreto dos 20 por cento).

Exige-se, bem assim, a criação de mecanismos legais que permitam abreviar o mais possível a negociação, conclusão e publicação das revisões das tabelas salariais e outras cláusulas com expressão pecuniária, impedindo eficazmente o boicote do patronato e o alargamento para mais de 12 meses do tempo de vigência das cláusulas referentes aquelas matérias.

Outras das reivindicações reformuladas, e que agora serão amplamente divulgadas, dizem respeito a Lei Orgânica dos Tribunais, Juizes sociais, direito processual do trabalho, Tribunais do Trabalho e assistência judiciária.

Relações internacionais

Parte importante dos trabalhos do Plenário foi dedicada à discussão de questões relativas à actividade da CGTP-IN no plano internacional e, em especial, às suas relações com a Confederação Europeia dos Sindicatos (CES).

Tendo apreciado a actual situação político-sindical no continente europeu, e nomeadamente os reflexos da crise económica que tendem a agravar as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores, o Plenário considerou «da maior importância» impulsionar «todas as iniciativas que permitam uma maior coesão nas acções a desenvolver e que tenham como finalidade, entre outros objectivos, impedir que sejam os trabalhadores a pagar as consequências da crise resultante do sistema económico capitalista; impedir o agravamento do desemprego e da inflação e a deterioração do poder de compra dos trabalhadores; e impedir a prática discriminatória utilizada contra os trabalhadores emigrados e todas as tentativas de os expulsar.

O plenário manifestou-se

plenamente consciente de que «o combate a empreender a nível continental só poderá ter êxito com o «desenvolvimento de acções conjuntas em que participem activamente as organizações sindicais existentes na região».

Por estes motivos, e sendo convicção da Confederação que a existência de uma organização sindical continental, como a CES, «poderia ser um factor determinante para a solução dos problemas com que se debatem os trabalhadores nesta região», o Plenário decidiu, por unanimidade, «reforçar a actividade da CGTP-IN no âmbito do movimento sindical europeu, procurando contribuir para o aprofundamento da cooperação e da sua unidade».

Nestes termos, o Plenário deu «plena confiança» ao Secretariado para que proceda a «contas as diligências» visando «o fortalecimento das relações e o estabelecimento de laços, a todos os níveis, com a CES, pela forma que considere necessário».

Orçamento

O plenário aprovou a proposta do Secretariado para o orçamento da Confederação relativo ao exercício de 1979.

O orçamento prevê a entrada de 64 mil contos, provenientes de quotizações (30500 contos do exercício de 1979; 5500 do exercício de 1978; e cinco mil contos de outros exercícios); campanha de fundos (dez mil contos); iniciativas editoriais (três mil contos); devedores (Ministério do Trabalho, 800 contos; organizações sindicais, 1500 contos; e diversos, 700); diversas iniciativas (mil contos); e Congresso de 1980 (seis mil contos).

As saídas previstas, todas em milhares de escudos (contos) dizem respeito à actividade da CGTP-IN (1500 para Secretariado, 11500 para pessoal, 3800 para encargos não imputáveis, 6200 para acção sindical e 10 mil para a Escola de Formação Sindical); comparticipação para as Unions (17500 para manutenção de estruturas e 4500 para desenvolvimento de estruturas); compromissos de anos anteriores (três mil para fornecedores); e, finalmente, para a organização do Congresso de 1980 (seis mil contos).



que recaem sobre os bens de luxo ou supérfluos.

No que respeita a política de preços, o Movimento Sindical Unitário lutará pela manutenção, em 1979, dos preços actuais dos produtos que constituem o «cabaz de compras» de 1978; pela manutenção dos preços que vigoraram em 1978 relativamente a passagens sociais, água, electricidade e gás de consumo doméstico; e pela inclusão no «cabaz» de certos bens e serviços como: certas qualidades a determinar de peixe fresco e refrigerado, carne de produção nacional,

do Fundo de Fomento de Habitação e das autarquias locais, de, pelo menos, 20 mil fogos de renda económica, a serem distribuídas pelas famílias de trabalhadores mais necessitados.

Do mesmo modo, o Movimento Sindical exige a actualização (pelo menos) das verbas a inscrever no Orçamento Geral do Estado para a educação, transportes colectivos, comunicações e saúde.

Em matéria de contratação colectiva, o Plenário exige o fim dos condicionamentos salariais, com a revogação de

ESCOLA DE FORMAÇÃO SINDICAL

Tarefa prioritária do Movimento Sindical

A necessidade sentida pelo Movimento Sindical Unitário em ter uma Escola de Formação veiculada a justeza da ideia que presidiu ao lançamento da Campanha de Fundos. Mas, mais do que atingir a meta proposta — os 10 mil contos — a Campanha tem como objectivo a criação dum centro de preparação para os activistas, delegados e dirigentes sindicais.

A nível das empresas, dos dirigentes sindicais, mesmo a nível dos dirigentes das estruturas superiores do Movimento Sindical Unitário, é patente a necessidade de desenvolver uma acção que conduza a dotar os activistas sindicais de um melhor apanetamento teórico, com vista a permitir uma resposta esclarecida e imediata às muitas frentes de trabalho que se colocam ao Movimento Sindical, sobretudo num momento em que se agudiza a luta contra o divisionismo e pela defesa das conquistas da Revolução.

Os vários contactos estabelecidos pela Comissão Nacional para a Escola de Formação e as iniciativas no campo de sensibilização para os objectivos da Campanha, demonstram que os

activistas sindicais consideram prioritária esta frente e provam que, cada vez mais, é necessário dotar o Movimento Sindical, os activistas que o constituem, dos meios teóricos para que, em cada caso e globalmente, possam responder cabalmente às questões que se colocam na defesa da prossecução dos objectivos do Movimento Sindical Unitário — a defesa intransigente dos interesses e direitos dos trabalhadores.

A Campanha tem estado a decorrer normalmente. As iniciativas lançadas pela Comissão Nacional têm estado a ser cumpridas, embora, num ou noutro caso, se reconheça que já se poderia ter ido mais longe.

São várias as iniciativas em curso: recolha de fundos a nível das empresas e locais de trabalho, através de listas de donativos individuais; venda de cupões aos trabalhadores e à população em geral; a atribuição de verbas, incluídas nos orçamentos dos Sindicatos para o ano de 1979, tem merecido a aprovação das Assembleias Gerais; as Comissões Distritais, por sua vez, organizam colóquios e espectáculos (Coimbra, Braga, Porto, Viana do Castelo, Santarém e outros), que têm contado com uma boa receptividade por

parte dos trabalhadores.

Isto não significa, todavia, que a Campanha esteja a decorrer dum forma ideal. Pelo contrário, muitas outras iniciativas se deverão realizar, de forma a incutir a esta Campanha de Fundos um verdadeiro carácter nacional e participado, que corresponda aos objectivos definidos no Plenário da CGTP-IN de 23 de Setembro de 1978, em que se considerou que a Campanha Nacional de Fundos deveria ser entendida como mais uma acção de massas a levar a cabo pelo Movimento Sindical.

Porque ainda há muito para fazer, a Comissão Nacional e a CGTP-IN exortam todos os dirigentes, delegados e activistas sindicais a desenvolverem os seus esforços no sentido de se cumprir os objectivos da Campanha. Estamos certos de que a Escola de Formação Sindical será criada com e pelo esforço dos trabalhadores portugueses.

A formação sindical será mais um instrumento de luta para o reforço da unidade do Movimento Sindical, contra o divisionismo, para a defesa das conquistas da Revolução, contra a recuperação capitalista, para a defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores e da população em geral.

COM ESTE CUPÃO
Podes ganhar
A SER PREMIADO
ENTRE DEZENAS
DE PRÉMIOS:

- Automóvel
- Motos
- Viagens
 - Férias
 - Jogos Olímpicos
 - Férias Hungria
 - 1.º de Maio Cuba
 - Outras viagens
- Máquinas fotográficas
- Tendões de campismo; rádios; relógios; etc...
- ... etc., etc., etc.

20 ALAVANCAS

DEVES ENTREGAR ESTE
TALÃO À ORGANIZAÇÃO
DE ONDE O RECEBESTE

PELO REFORÇO DA
CGTP-IN

20 ALAVANCAS



CUPÃO

Contratação colectiva

PELA DEFESA DO NÍVEL DE VIDA DOS TRABALHADORES

Não podemos, no entanto, falar em grandes vitórias. Os aumentos máximos permitidos pela lei não permitem recuperar o poder de compra perdido; os salários reais continuam a deteriorar-se; o desemprego aumenta.

Mas a grande ofensiva do patronato reaccionário para fazer recuar as conquistas de Abril não conseguiu vencer a determinação dos trabalhado-

A situação no âmbito da contratação colectiva teve poucas mas significativas modificações, desde a análise que fizemos no «Alvanca» de Novembro. Ao boicote do patronato, ao protelamento das negociações e à tentativa de desmobilização dos trabalhadores das maiores empresas pelo pagamento antecipado de aumentos, os trabalhadores souberam responder, em alguns casos, com a força da sua unidade e conseguiram impor aumentos salariais assim como outras regalias em cláusulas relativas a salários indirectos.

res e, de uma maneira geral, essas conquistas foram defendidas.

No quadro que publicamos na página seguinte descreve resumidamente a situação actual. Como se vê, mais de um milhão de trabalhadores não tiveram qualquer aumento de salários durante todo o ano de 1978, tendo o custo de vida aumentado cerca de 26 por cento.



E qual tem sido o papel dos órgãos do poder?

Pode dizer-se que o patronato tem podido infringir, por todas as formas, a legislação sem que os órgãos do poder tomem quaisquer medidas contra ele. Nem sequer se aplicam as sanções que a própria legislação prevê, por exemplo, para a recusa reiterada em negociar sem fundamentação válida.

Um novo Governo tomou posse. A análise quer da composição desse Governo, quer do seu programa, não permite encarar com optimismo o novo ano de 1979. São afirmações do programa do IV Governo a manutenção dos limites dos aumentos salariais: «a continuação da subida de preços num nível ainda relativamente elevado»; não encarar «com optimismo exagerado a eficácia da legislação e dos mecanismos» de fiscalização económica», etc. etc..

Em resumo, a política eco-

nómica e financeira deste Governo é, efectivamente, «de continuidade» relativamente aos Governos anteriores apesar de, no programa (pág. 18 e seguintes) se afirmar que:

— houve uma diminuição de 50 000 postos de trabalho entre os 1.ºs semestres de 1977 e 1978;

— o desemprego aumentou vertiginosamente;

— o escudo se desvalorizou, de Janeiro a Outubro deste ano, 18,5 por cento;

— a taxa de crescimento do investimento baixou em 1978 para metade da taxa atingida em 1977;

— É o próprio Governo quem reconhece, enfim, que a actividade económica se aproxima da estagnação.

Nas suas linhas gerais o programa deste IV Governo constitui um grave ataque às grandes conquistas da Revolução e, consequentemente, aos direitos e garantias dos trabalhadores e de outras camadas desfavorecidas.

No caso da contratação, como nas outras frentes de luta, importa que o Movimento Sindical analise de uma forma correcta os objectivos fundamentais da revisão dos CCT's, evitando situações que possam dar ao patronato pretextos para retirar regalias já adquiridas.

Há capítulos nas regulamentações de trabalho, nomeadamente, o âmbito nacional e vertical dos contratos, os direitos sindicais, e o poder e o processo disciplinar em moldes que permitam a defesa dos trabalhadores, que são conquistas do 25 de Abril que a todo o custo devem ser defendidas.

A luta para que, nos contratos a prazo, sejam respeitados os instrumentos de regulamentação de trabalho, ou, pelo menos, a lei actual no que ela tem de positivo é uma linha fundamental de acção. Durante as negociações de contratos de trabalho é frequente

termos a informação de que há empresas que só têm trabalhadores a prazo. Isto não é permitido por lei pelo que deve ser imediatamente denunciado e combatido.

Estamos numa fase de dificuldades mas a unidade de todos os trabalhadores será a alavanca determinante na sua superação.

No entanto, apesar das dificuldades criadas pela situação política e pelo boicote do patronato com a protecção co-laborante e o estímulo do Governo às negociações para a revisão dos contratos colectivos de trabalho, estes têm sido e continuarão a ser um importante contributo para a defesa do poder de compra dos trabalhadores.

É fundamental entender claramente que, no momento actual, só a determinação e a unidade dos trabalhadores permitirá defender as conquistas alcançadas e impedir uma maior deterioração do nível de vida.

Sectores	N.º de Trabalh.	Data em que começaram a vigorar os salários	Aumento salarial reincluído	Aumento do custo de vida desde (3)	Situação Actual
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Ind. Têxtil	280 000	1/1/77	27%	48,5%	Uma parte das associações patronais recusa-se a negociar. Passaram à fase de conciliação. Os trabalhadores lutam para obrigarem o patronato a negociar.
Const. Civil	200 000	1/1/77	27%	48,5%	Foi resolvido por via administrativa com um aumento salarial de 15,6%. A luta dos trabalhadores impediu que a PRT retirasse direitos já consagrados desde 1971.
Metallurgia	200 000	1/1/77	27%	48,5%	Em conciliação já acordaram 20% de aumento para as tabelas salariais. Aguardam a sua publicação. Mantêm-se em conciliação com restantes matéria pecuniária e clausulado.
Madeiras	120 000	1/1/77	30%	48,5%	Parte das associações patronais recusa-se a negociar. Foi requerida a conciliação mas continua a verificar-se boicote do patronato.
Função Púb.	300 000	1/1/78	18%	28% (estimativa)	Os TFP continuam a aguardar resolução sobre as suas reivindicações.
Ind. Química	40 000	1/4/77	28%	40%	O boicote do patronato levou à passagem à via administrativa (PRT). A CT ainda não terminou os seus trabalhos. A CN Sindical demonstrou a capacidade económica do sector.
CTT	30 000	1/7/76	20% (salários directos e indirectos)	61%	A luta dos trabalhadores permitiu conseguir 20% nos salários e aumento de outra matéria pecuniária.
Trab. Mat. Eléctrico	30 000	1/9/76	25%	59%	A luta dos trabalhadores permitiu-lhes conquistar 20% de aumento e alteração das diuturnidades o que dá a todos os trabalhadores um aumento mínimo de 840900.
Panificação	28 000	1/3/77	29%	44,5%	O boicote patronal levou à passagem a via administrativa. Os trabalhadores estão mobilizados para obrigar a PRT a contemplar as suas mais simples reivindicações.
Rurais	400 000	1975	—	—	Estes trabalhadores continuam a aguardar a publicação das suas CT's.
Previdência	30 000	1977	—	—	Os trabalhadores lutam para terem participação na sua regulamentação de trabalho. A PRT que já saiu com salários diminui os salários de alguns trabalhadores.

Entrevista



Alavanca — A 1.ª Conferência Nacional de Organização Sindical, que se vai realizar em meados de Fevereiro, não surge por acaso ou porque alguém se lembrou de lançar esta ideia. Quería, pois, que explicassem o como e o porquê da realização desta importante Jornada do Movimento Sindical Unitário.

Hélder Pinheiro — Esta Conferência Nacional de Organização Sindical surge para levar a cabo uma decisão do Congresso de Todos os Sindicatos. Por outro lado o Secretariado da CGTP-IN, depois de analisar a situação concreta do Movimento Sindical, considero importante realizar esta Conferência.

Ela tem como objectivos e princípios fundamentais levar a todos os trabalhadores uma discussão aberta e profunda sobre a situação actual do Movimento Sindical Unitário, e visando o aprofundamento da unidade e da democracia, a sua necessária reestruturação.

Estamos a cerca de dois meses da realização da 1.ª Conferência Nacional de Organização Sindical. Esta iniciativa da CGTP-IN responde à aplicação prática da orientação traçada pelo Congresso de Todos os Sindicatos e enquadra-se no desenvolvimento das perspectivas definidas no Programa de Acção do mesmo Congresso.

Mas ela surge, igualmente, com um postulado: levar a todos os trabalhadores portugueses uma discussão ampla e profunda sobre a situação actual do Movimento Sindical Unitário, tendo em vista a sua reestruturação e o reforço da unidade e da democracia.

Estas e outras questões, que se prendem com a preparação e realização desta importante tarefa do Movimento Sindical Unitário são abordadas pelo camarada Hélder Pinheiro, dirigente do Sindicato dos Químicos do Centro e membro da Comissão Nacional Organizadora (CNO), em entrevista concedida a «Alavanca».

Neste momento, encontram-se já nas mãos de dirigentes, delegados e activistas sindicais os documentos-base da Conferência que foram elaborados pela Comissão Nacional Organizadora (CNO).

É evidente que não consideramos estes documentos como documentos acabados. Pelo contrário, eles contêm as questões base e os princípios que apoiarão os debates e a discussão que os dirigentes, delegados e activistas sindicais encetarão tanto a nível de plenários distritais como, e sobretudo, a nível

das empresas, dos locais de trabalho. Com efeito, a CNO considera que cabe de facto aos trabalhadores, através do maior número de reuniões, plenários e assembleias, promover uma discussão aberta, democrática e participativa, que, mais uma vez, provem que a unidade, defendida e praticada pelo Movimento Sindical Unitário, não é uma palavra vã, mas activa e participativa.

Alavanca — A CNO prevê um amplo debate das teses a serem presentes à conferência. O que se tem feito para alargar a todos os trabalhadores a

sua participação nestes debates e, uma vez que ainda nos encontramos a cerca de dois meses da realização da Conferência, o que, até lá, se podem realizar.

H. P. — Quanto ao trabalho desenvolvido até agora, há que referir que a principal tarefa se centrou na elaboração dos documentos-base pela CNO e sua posterior aprovação em plenário da Comissão. Depois disto, promoveu-se a sua distribuição pelas Comissões Dinamizadoras Distritais (CDD), que, por sua vez, as enviam aos sindicatos.

elaboração da síntese desses documentos que serão distribuídos aos trabalhadores a partir de 15 de Dezembro.

Alavanca — Do que disse e do que se infere da leitura do art.º 2.º das teses — «A conferência é aberta à participação de todas as associações sindicais, filiadas ou não na CGTP-IN, em plano de igualdade» — ressalta um pressuposto. É que a conferência é mais uma prova de democraticidade, de abertura e de espírito unitário do movimento sindical. O que se te oferece dizer sobre este assunto?

ORGANIZ

H
ticip
sind
do M
tário
trute
deve
que
ou
IN.
que
sinc
enc
pan
ess
tode
part
rest
no
n
par
div
per
ques
ria
que
E
dor
mer
nos
nos
mat
pro
raç
cal
uni
os
pel
ca
bal
E
est
mo
que
am
por
cio
A
pio
o M
tário
a U
e M
Est

ORGANIZAR PARA VENCER

H.P. — Em relação à participação das associações sindicais tem sido prática do Movimento Sindical Unitário, o facto de toda a estrutura sindical poder e dever participar em qualquer realização, estejam ou não filiados na CGTPI-IN. Escusado será dizer que, quando o movimento sindical vai, mais uma vez, encetar uma grande campanha de discussão, que esse debate seja aberto a todos aqueles que querem participar, que estão interessados na democracia, no reforço da unidade e na participação ampla e activa dos trabalhadores, independentemente das várias correntes de opinião que possam surgir.

É no seio dos trabalhadores, no seio do movimento sindical que devemos discutir e colocar os nossos pontos de vista de maneira a enriquecer as propostas para a reestruturação do movimento sindical, para o reforço da sua unidade, de molde a que, os divisionistas, apoiados pelo grande capital e o imperialismo, não tenham cabimento no seio dos trabalhadores.

Portanto, só quem não estiver interessado na democracia é na unidade é que não participará neste amplo debate e nesta importante Conferência Nacional de Organização.

Alavanca — Os princípios básicos que norteiam o Movimento Sindical Unitário são a *Independência, a Unidade, a Democracia e um Sindicalismo de Massas e de Classe.* Esses princípios não são,

nem nunca foram adoptados pelos defensores dos «sindicatos» amarelos, das «centrais» de gabinete e igualmente coloridas, cuja prática é, precisamente, a de sinal oposto.

Pensas que os debates em torno das teses e a própria conferência virão a ter um papel determinante no sentido de esclarecer os trabalhadores acerca dos propósitos dos divisionistas e da sua prática

antidemocrática?

H.P. — Em relação às teses, elas são bem a prova de que o Movimento Sindical Unitário quer reforçar a unidade e consolidar a democracia. Compete agora aos trabalhadores, nos seus locais de trabalho, em amplas discussões de massas, darem-lhes maior conteúdo, mais riqueza. Isto é bem a prova da democracia, do espírito de unidade que as teses apontam para a reestruturação do movimento sindical.

ção do movimento sindical.

Quanto aos «sindicatos» de direcções amarelas e quanto aos divisionistas, este mesmo documento afirma na sua introdução: «aqueles que pretendem decidir tudo nas costas dos trabalhadores, utilizando todas as manobras possíveis e espezinhando, deturpando os princípios e os métodos da democracia sindical, o que reflecte o seu isolamento, a sua ignorância dos problemas concretos, são os que, no papel e na sombra dos gabinetes, caem na solução de criar sindicatos fantoches».

Aqueles que apregoam a democracia, que dizem que o Movimento Sindical Unitário é antidemocrático e que não têm o apoio dos trabalhadores são os mesmos que, a soldo do grande capital, nas costas dos trabalhadores, procuram soluções divisionistas.

Quando um elemento que faz parte da comissão para a formação da UGT — o sr. Torres Couto — afirma que o congresso que eles irão realizar no próximo ano, não é aberto a todos os sindicatos, isto é bem a prova de que não desejam a democracia, que querem um movimento sindical elitista e antidemocrático que faça a conciliação de classes.

De resto, os trabalhadores têm sabido dar uma resposta firme e actuante, a todo o trabalho que os divisionistas têm tentado pôr em prática, após o 25 de Abril, em Portugal. Por



1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL

17 E 18 DE FEVEREIRO DE 1979

PARTICIPA NA REESTRUTURAÇÃO SINDICAL

DA TUA EMPRESA DA TUA FEDERAÇÃO DO TEU SINDICATO DA TUA CENTRAL

PARA DEFESA DOS TEUS DIREITOS E INTERESSES

PELO REFORÇO DA UNIDADE
ELO APROFUNDAMENTO DA DEMOCRACIA
ELO AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO

CGTP-INTERSINDICAL NACIONAL



UNIR — ORGANIZAR — PARTICIPAR

mais que o grande capital, nacional e internacional, tente estabelecer a divisão no seio dos trabalhadores, a resposta tem sido um rotundo não à divisão do Movimento Sindical Unitário.

Pensamos que, mais uma vez o nosso movimento sindical vai sair reforçado com esta Conferência Nacional de Organização. Confiamos, igualmente, que todos os dirigentes, militantes sindicais e todos os trabalhadores, estão cada vez mais activos e vigilantes contra o divisionismo, pelo que esta conferência virá a constituir mais uma forte machadada no divisionismo.

Este trabalho não termina, pois, nos dias 17 e 18 de Fevereiro. Nesses dias serão discutidas e aprovadas as conclusões que, transportadas à prática, serão mais uma prova de que o nosso movimento sindical é unitário e de massas. Em Portugal, pela prática que vivemos no dia-a-dia, pela participação activa e revolucionária dos trabalhadores, do divisionismo não passará.

E a prova disso é que desde o 25 de Abril, até hoje os divisionistas, de braco dado com o grande capital e o imperialismo, não conseguiram levar à prática as suas intenções, que são a divisão dos trabalhadores, o seu enfraquecimento e colocá-los a reboco do patronato e do grande capital.

Alavanca — O grande número de congressos sectoriais, conferências sindicais, para além da ampla discussão que é feita a nível de plenários distritais, locais e de empresa, etc., são impurantes contributos para a realização da Conferência Nacional de Organização. Consideras que nesses

debates, nas conclusões a que se chegar, se poderão estabelecer princípios que corrijam falhas e lacunas que existem ou que existam na orientação imprimida ao Movimento Sindical Unitário?

H.P. — Quanto aos congressos sectoriais (Têxteis, Metalúrgicos e Hotelaria) e encontros e conferências de outros sectores, consideramos-los uma forma participativa e unitária, onde existe uma ampla discussão do sector, uma abertura cada vez maior a essa participação e onde se reforça a unidade dos trabalhadores e onde se desenvolve a democracia sindical. Consideramos, pois, que estas realizações são um contributo para o reforço da unidade e da democracia sindical e, naturalmente, para o êxito da Conferência de Organização.

De resto as teses a serem discutidas pelos trabalhadores apontam para esse trabalho de massas que são os congressos. Estes são passos importantes na reestruturação, dinamização e coordenação do trabalho de sector que, por sua vez, constituem prova da grande democracia, da grande participação dos trabalhadores e do seu interesse no seu reforço, na sua unidade, dentro do Movimento Sindical Unitário.

Alavanca — O Movimento Sindical Unitário tem vindo a aumentar constantemente: em 1977 foram 32 os sindicatos que aderiram à CGTP-IN, e este ano, pelo menos até ao momento, verificaram-se mais 11 adesões. Isto significa que, pelo menos nos aspectos organizativos, há necessidade de encontrar uma melhor capacidade de resposta a

estes aumentos substanciais de filiados.

Por outro lado, uma vez que os ataques das forças divisionistas também têm vindo a evoluir, é natural que também neste aspecto o Movimento Sindical Unitário sinta necessidade de adequar a sua capacidade de resposta.

Consideras que esta conferência e os trabalhos preparatórios poderão dotar o Movimento Sindical Unitário dos meios para responder a estas questões?

H.P. — O crescimento de adesões à central única dos trabalhadores portugueses é bem a prova de que a direcção do Movimento Sindical Unitário tem sido correcta, na medida em que houve, de facto, todo um trabalho desenvolvido pelos divisionistas para que os sindicatos se desvinculassem da central e para que os trabalhadores se des-sindicalizassem. Mas, ao fim de quatro anos de Revolução, o Movimento Sindical Unitário, tem-se reforçado, tanto no número de sindicatos que aderiram à central como no número de trabalhadores sindicalizados. De facto, Portugal é dos países da Europa capitalista com a maior percentagem de sindicalizações, cerca de 80%.

Por aqui se vê a consciência de classe dos trabalhadores portugueses e a sua confiança nas direcções sindicais unitárias que, ao mesmo tempo, são orientadas pela CGTP-IN.

Quanto à necessidade e capacidade de resposta, cada vez mais o Movimento Sindical Unitário se terá de debruçar sobre os problemas dos interesses da classe; não poderá permitir que os divisionistas, na sua linguagem demagógica e de traição, ten-

tem incutir no espírito dos trabalhadores que a central não tem correspondido à defesa dos interesses dos trabalhadores; terá que encontrar a cada momento resposta para as situações concretas.

Até aqui o Movimento Sindical Unitário tem sabido, no momento preciso, desenvolver as acções de massas que são necessárias para defesa dos interesses da classe e da própria democracia. Não vou focar as paralisações, as manifestações, enfim, todo esse importante e enorme trabalho de massas já realizado.

Por outro lado, num momento em que as forças divisionistas estão apostadas a todo o custo na divisão do movimento sindical e não olhando a meios, tem que haver, da parte do movimento sindical, uma resposta consciente e firme. Para tal é necessário aumentar a participação dos trabalhadores nos debates, fazer-lhes sentir qual tem sido o papel dos sindicatos unitários, da sua central única, na condução da luta pela defesa dos seus interesses, dar-lhes a conhecer o programa de acção que as direcções unitárias têm aprovado e levado a cabo e, em alternativa, o que se propõem fazer as forças divisionistas.

A alternativa das forças divisionistas, pela sua linguagem, pela sua propaganda, de tipo capitalista, aponta para a conciliação de classe. Os trabalhadores e o Movimento Sindical Unitário estão interessados, mais do que ninguém, em sair da situação de crise que se vive em Portugal, mas com o objectivo de recuperar a crise económica em benefício dos trabalhadores.

Consideramos que não

TICIPAR

é possível, nunca foi, nem o será, que o capital explorador consiga ou queira encontrar uma plataforma de recuperação. Ora, os divisionistas, lacaios da CIP, CAP, CCP e do imperialismo estão apostados em levar à prática a situação anterior ao 25 de Abril, ou seja, colocar os trabalhadores a reboque do grande capital, debaixo da sua alçada, e fazendo-os perder todas as grandes conquistas do 25 de Abril - Nacionalizações, Controlo Operário e Reforma Agrária - bem como levar a uma situação de ruína os pequenos e médios empresários, agricultores e rendeiros e todas as forças produtivas do País, em benefício do grande capital nacional e estrangeiro.

Estou convencido que o Movimento Sindical Unitário, as forças democráticas deste país não irão consentir que o 24 de Abril volte a Portugal e que tudo farão para reforçar a unidade, aumentar a participação e consolidar a democracia, rumo a uma sociedade mais justa que, o povo português tem manifestado desejar tão veementemente.

Alavanca - *A Conferência Nacional de Organização e a sua preparação, para além dos objectivos já definidos, irá servir para dar a conhecer a um grande número de trabalhadores a estrutura do Movimento Sindical Unitário, as suas tarefas e competências, como podem participar activamente na vida da empresa, do sindicato e, no fundo, na vida do próprio Movimento Sindical Unitário...*

H.P. - Os objectivos desta conferência são dar a conhecer aos trabalhadores a sua organização, quer a nível das empresas

e locais de trabalho, quer nas freguesias, nos conceitos, nas organizações populares de base: no fundo, alargar a discussão às mais amplas camadas da população. Isto porque existe, ainda, um número razoável de trabalhadores que tem participado muito pouco na vida sindical.

Há que chamar estes trabalhadores e dar-lhes a conhecer o importante papel que podem desempenhar na discussão, na resolução e na execução das questões sindicais, em

todos os locais. Eles podem e devem ter um papel activo e participante nas resoluções e decisões daquilo que diz respeito aos trabalhadores e só aos trabalhadores. Neste aspecto as teses da conferência são bastante claras.

Estamos convencidos que o leque de participação irá abrir-se, que a mobilização será muito maior do que até aqui e que alguns trabalhadores, influenciados pela propaganda divisionista, fiquem ganhos para as tarefas im-

portantes que se põem ao movimento sindical no futuro. Esta conferência vai, efectivamente, apontar para esse trabalho, independentemente dum re-estruturização, a todos os níveis, do movimento sindical.

A esses trabalhadores fazemos um apelo particular, no sentido de participarem, como é seu direito e dever, na discussão e defesa dos interesses da classe a que pertencem - a classe dos explorados.



No sentido de conferir maior eficácia à discussão que tem vindo a ser travada a nível do Movimento Sindical, por todos os trabalhadores, em torno dos documentos que são a base dos temas a tratar na 1.ª Conferência Nacional de Organização Sindical, realizou-se no passado dia 12 de Dezembro um Plenário Distrital, nas instalações do Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa.

Estiveram presentes nesta reunião, que foi presidida pelo camarada Manuel Carvalho da Silva, membro da Comissão Executiva da CGTP-IN, representantes de 22 Sindicatos, de 1 União Local, do Departamento da Juventude da USL e um número elevado de delegados sindicais.

Esta sessão de trabalho, à semelhança de tantas outras que se realizaram ou que se virão a realizar por todo o país destina-se através da mais ampla discussão, a preparar os dirigentes, membros de comissões de trabalhadores e outros activistas sindicais, para as reuniões a efectuar com os trabalhadores.

Ali foram vivamente analisadas e discutidas todas as questões que se prendem com os objectivos e aspectos fundamentais da Conferência de Organização. Muitas foram as dúvidas colocadas, muitos foram os problemas levantados. Muitas foram as soluções encontradas. Será, justamente a partir deste tipo de debate, amplo e participado que as Comissões Dinamizadoras Distritais, poderão dar a conhecer ao maior número de trabalhadores, como afirmara Manuel Carvalho da Silva, «toda a estrutura do Movimento Sindical, as suas tarefas e competências e como poderão participar, activamente na vida da sua empresa, do seu Sindicato, do Movimento Sindical».

Ali realçar a importância da realização da 1.ª Conferência Nacional de Organização Sindical, «que só poderá atingir plenamente os seus objectivos, desde que todos nos empenhemos entusiasticamente na sua preparação» aquele dirigente da CGTP-IN diria a concluir a sua intervenção:

«Estamos certos que todos os trabalhadores e, em particular, os activistas sindicais, sabem responder às exigências que são impostas pela realização da Conferência, tornando-a um êxito para o Movimento Sindical e para os trabalhadores».

TRABALHADORES DO NORTE CONTRA A POLÍTICA DE DIREITA

Debaixo de chuva torrencial e ininterrupta, 50 000 pessoas no Porto e 20 000 em Santo Tirso, Felgueiras, Braga, Guimarães, Famalicao, Fafe, Viana do Castelo, Chaves e Bragança, corresponderam ao apelo dos secretariados das Uniãos de Sindicatos do Norte e transformaram o tempestuoso dia 1.º de Dezembro numa grande jornada de unidade, de luta e solidariedade.

O 1.º de Dezembro, data-símbolo da luta pela independência de Portugal, foi assinalado no Norte por grandes manifestações e desfiles de trabalhadores e do Povo, que reafirmaram a sua determinação de lutar por uma nova política, que acabe com a violência e o ódio, que combata o desemprego e a alta do custo de vida, que promova a recuperação económica do País, que respeite a independência nacional e ponha em prática os preceitos constitucionais. Uma política, enfim, que garanta um futuro de paz, de progresso e de justiça para o Povo Português.

Realizadas num momento particularmente difícil para os trabalhadores, caracterizado por um crescente revanchismo da parte do patronato

e pela entrada em funções de um novo Governo que, longe de parecer disposto a corrigir a política antitrabalhadores dos anteriores, antes se de-

clara apostado a prosseguir-la e agravá-la, as manifestações do 1.º de Dezembro no Norte constituíram, sem dúvida, uma poderosa afirmação da disposição dos trabalhadores em continuarem a luta pela defesa dos seus direitos e

conquistas e pela concretização das esperanças de Abril.

Como afirmou, durante a manifestação do Porto, o camarada Salgueiro de Barros, do USP/CGTP-Intersindical, «o descontentamento popular cresce dia a dia e alarga-se



POR UMA POLÍTICA PATRIÓTICA AO SERVIÇO DOS TRABALHADORES

Os Trabalhadores e o Povo reunidos nas manifestações do 1.º de Dezembro no Porto, Santo Tirso, Felgueiras, Braga, Guimarães, Famalicao, Fafe, Viana do Castelo, Chaves e Bragança, protestam contra o aumento do custo de vida, e exigem medidas concretas que travem os aumentos dos preços, que assegurem o abastecimento dos produtos indispensáveis e combatam a especulação!

Repudiam o boicote dos patrões às negociações dos Contratos Colectivos, e solidarizam-se inteiramente com as lutas dos trabalhadores por melhores salários e condições de trabalho!

Denunciam a cobertura dos Ministérios às manobras patronais, e exigem a saída e cumprimento dos Contratos Colectivos e medidas

enérgicas que obriguem os patrões a cumprir todos os direitos dos trabalhadores consagrados na Lei!

Os trabalhadores e o Povo exigem medidas eficazes de combate ao desemprego e o fim dos despedimentos sem justa causa!

Manifestam a sua solidariedade activa com a luta dos rendeiros contra os despejos arbitrários e pela alteração da Lei do Arrendamento Rural!

Os trabalhadores e o Povo solidarizam-se com a luta dos trabalhadores agrícolas do Alentejo e Ribatejo contra as prepotências, a brutalidade e as ilegalidades do Ministério da Agricultura!

Exigem uma política de diálogo com os trabalhadores agrícolas que assegure a paz e garanta

condições para o trabalho de semear o pão dos portugueses, e reafirmam-se dispostos a continuar a desenvolver formas de solidariedade activa com a luta dos heróicos trabalhadores agrícolas do Alentejo e Ribatejo, em defesa de uma das maiores conquistas do 25 de Abril!

Os trabalhadores e o Povo denunciam a violência e a impunidade com que bandos fascistas semeiam a desordem e o ódio nas ruas, e exigem a aplicação da lei sobre organizações fascistas, com a punição exemplar dos responsáveis!

Os trabalhadores e o Povo reunidos na Praça General Humberto Delgado no Porto, no dia 1 de Dezembro, data que assinala a luta vitoriosa

dos portugueses pela defesa da independência da sua Pátria, reafirmam a sua disposição inabalável de continuar a reforçar os Sindicatos e o Movimento Sindical Unitário, combatendo e denunciando com firmeza as manobras divisionistas, reforçando e alargando a unidade nos campos, nas fábricas, nos escritórios, em todos os locais de trabalho, na luta pelos seus direitos e interesses, pela defesa do regime democrático e das conquistas de Abril, por um Governo que leve à prática uma nova política, que respeite os interesses dos trabalhadores e do Povo e conte com a sua participação activa, por um Governo e uma nova política que respeite a Constituição e defenda a independência nacional!

cada vez mais», pois que «a política de desastre que vem sendo posta em prática aparece cada vez mais aos olhos dos portugueses como uma política antinacional e antipatriótica, que é preciso travar rapidamente».

Dopo de salientar o modo sereno mas determinado como os trabalhadores têm respondido a esta política, o representante da União dos Sindicatos do Porto advertiu que «é este espírito de unidade, de luta e de solidariedade entre todos os trabalhadores, é este alargar de objectivos a todas as lutas, que é preciso reforçar cada vez mais».

«É este o caminho — garantia — para derrotar a ofensiva patronal e criar condições para uma mudança de política que vá de encontro aos interesses do País e do nosso Povo».

Contra o fascismo pela democracia

As manifestações do 1.º de Dezembro, no Norte, constituíram também uma significativa resposta dos trabalhadores à arrogância fascista.

«O povo que trabalha — afirmou Salgueiro de Barros —, quando luta ou se manifesta, como hoje, utiliza formas pacíficas e ordeiras, respeita a Constituição e as liberdades democráticas, porque acredita na democracia e na liberdade, porque sabe que os processos de luta contra medidas impopulares não têm de ser violentos e muito menos terroristas para atingirem os objectivos pretendidos. Quem usa a violência e o terror são aqueles que estão isolados do povo, que sentem o chão fugi-lhes debaixo dos pés, que não vêem outra forma de chamar a atenção que não seja através da bomba ou do cacete».

Por tudo isto — concluiu — «o que preocupa os trabalhadores e os democratas não é a força dos fascistas, que não é nenhuma! O que preocupa os democratas e todos os patriotas, todos os amantes da paz, é a passividade das forças encarregadas de manter a ordem democrática, é o contraste existente entre a violência pronta e imediata das forças policiais contra os trabalhadores da Reforma Agrária, contra os trabalhadores têxteis em manifestação na Av. da Boavista no Porto, e a

complacência com arruaceiros fascistas que destroem bens de pessoas e organizações progressistas e semeiam o pânico nas ruas».

O Norte está com a Reforma Agrária

A solidariedade com os trabalhadores da Reforma Agrária constituiu outro dos traços mais marcantes das manifestações, onde os trabalhadores agrícolas do Sul estiveram representados através de diri-

gentes dos seus Sindicatos.

Como afirmou uma trabalhadora alentejana, numa das manifestações, falando em nome dos secretariados distritais das UCP.s e Cooperativas, dos Sindicatos Agrícolas e de todos os trabalhadores da Reforma Agrária, «hoje, cada vez maior número de trabalhadores das fábricas, dos escritórios, das oficinas, de todas as profissões, se movimentam em defesa da Reforma Agrária, através de manifestações, de moções e telegramas de apoio que temos recebido».

O alargamento deste grande movimento de opinião pública nacional em defesa da Reforma Agrária — prosseguiu — é, pois, uma tarefa de todos os trabalhadores, de todos os democratas.

«Manifestamos o nosso maior apreço — concluiu a trabalhadora — por todas as acções já por vós desenvolvidas aqui no Norte, como é o caso desta grandiosa manifestação, e garantimo-vos que, com a força da nossa razão e da nossa unidade, a Reforma Agrária será defendida e prosseguida até ao fim».

NÃO À VIOLÊNCIA TERRORISTA!

Escassos onze dias depois das grandes manifestações de massas nos principais centros populacionais do Norte, uma bomba destruiu parcialmente, na madrugada de 12 do passado mês de Dezembro, as instalações da delegação de Felgueiras do Sindicato Têxtil do Porto, onde funciona também a União dos Sindicatos locais.

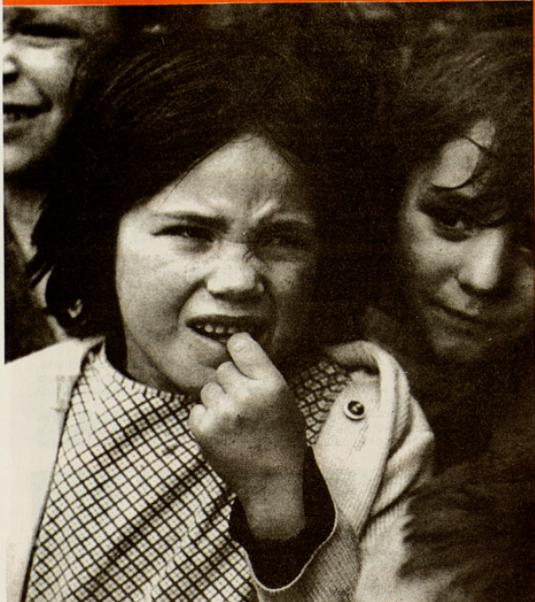
No curto espaço de tempo de um mês, este foi o terceiro atentado contra a delegação. Como afirma a direcção do Sindicato, «para os patrões reaccionários só existe uma lei: a repressão, a violência e o terrorismo».

A violência dos patrões fascistas não é uma demonstração de força. Pelo contrário, ela só reflecte o desespero de quem sente que dia a dia os trabalhadores estão mais unidos e mais organizados, sempre mais firmes e determinados em prosseguirem a luta pela defesa dos seus direitos e interesses.

Longe de intimidar os trabalhadores, os atentados fascistas como o de Felgueiras reforçam a determinação de quantos estão dispostos a lutar pelo futuro. A unidade e a firmeza dos trabalhadores e da população de Felgueiras são a melhor garantia de que essa luta será vitoriosa.



O NATAL VIRÁ PARA TODOS



José era operário. Carpinteiro de profissão passa dificuldades. Um caso entre tantos, o de José: mulher grávida, falta de meios, a grande dificuldade de seguir, na vida, de cabeça levantada.

Maria estava no fim do tempo. Era Inverno e a criança quase a nascer. Estavam em Belém, era noite e fazia frio.

*

O tempo era outro. Corria, mesmo a caminho do fim, o Ano Um antes de Cristo e, para o carpinteiro e sua mulher, a urgência era o abrigo.

José bateu a várias portas. Disseram-lhe, sucessivamente, que não, que ali não havia lugar para eles.

E eis que a criança está prestes a nascer e que um estábulo é a solução. O nascer de um menino, entre os animais que, como Maria, se abrigavam no estábulo.

Chamaram-lhe Jesus, puseram-no numa cama de palhas e foram os pobres, camponeses e pastores, que saudaram mãe e filho, que cumprimentaram o carpinteiro, que trouxeram, de pronto, as suas prendas.

Jesus da Nazaré nasceu entre os oprimidos e sentiu-lhes, desde o primeiro momento, a solidariedade.

Só dias depois, segundo reza a tradição, vieram os reis Magos. Traziam o menos que faltava a quem tivera, como primeira cama, as palhas de uma manjedoura: ouro, incenso e mirra.

Jesus tivera, antes, o que precisava. Os Reis puseram à sua disposição uma riqueza inútil. E, como sempre, chegaram mais tarde que o povo.

*

Passaram alguns anos e Jesus da Nazaré permaneceu entre os seus:



pesqueiros, homens do povo. Lázaros desta vida que sorri, apenas, aos poderosos. E disse-lhes: «É mais fácil passar um camelo pelo buraco de uma agulha do que entrar um rico no reino dos céus».

*

Depois, passaram muitos mais anos. Em Portugal, faltava pouco para um outro Natal que foi também a 25, mas oito meses antes de Dezembro, alguém dizia que Cristo falara assim referindo-se aos ricos do seu tempo. E quem tal disse fê-lo para sossegar os ricos deste nosso tempo.

Mas, quase dois mil anos depois, muitos José, carpinteiros, camponeses, operários, vivem como vivia o esposo de Maria. Apesar das palavras de Cristo. Que foram aquelas que Cristo disse, não as que alguns pretendem que tenha dito.

*

Crucificado aos 33 anos, Jesus da Nazaré, segundo os crentes, ressuscitou ao terceiro dia. E depois, durante anos e séculos, continuou a ser adorado, «filho de Deus feito homem».

Muitos milhões de cristãos continuam a bater no peito e a dizer: «Senhor, tende piedade de nós». Fazem-no convictamente. Mas, de entre eles, muitos há que sabem que a terra não é o Céu, que a vida terá de ser vivida aqui e que pensar nela. Não impede ninguém de pensar em Deus.

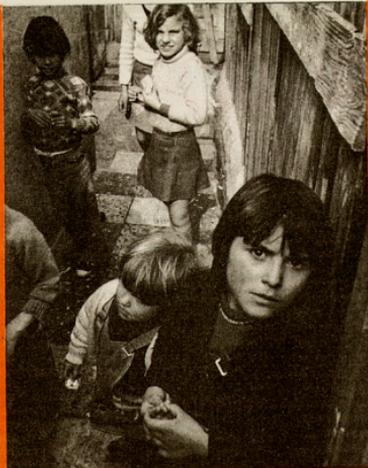
Porque mas o se de barril caro e lo frase d. Seu fill que têm que dele

Pobre um dia nem po Que pr dentro, outros Pobre palavra sos ap «caridade Porq dade en

No e define u lava c entendi tido a. Mesmo prenda as prenda po Nazaré Uns, campon Magos.

E, que quem? «O p

ODOS



Porque outros dizem o mesmo, mas o seu «pecado» é maior: vivem de barriga cheia, vestem e comem caro e louvam a Deus, esquecendo a frase daquele que acreditam ser Seu filho: «bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque deles é o reino dos Céus».

★

Pobres há, porém, que sabem que um dia não haverá mais pobres. E nem por isso abandonam a sua fé. Que praticam com verdade, por dentro, não na fachada com que outros dizem praticá-la.

Pobre há que sabem o valor da palavra solidariedade. Os poderosos apenas conhecem a palavra «caridade».

Porque não pode haver solidariedade entre opressores e oprimidos.

★

No entanto, é a palavra dar que define uma e outra atitude. Dar, palavra chave, apesar de poder ser entendida em mais do que um sentido e, até, em sentidos opostos.

Mesmo que o dar seja no Natal, nas prendas que se trocam, recordando as prendas que teve a criança nascida pobre numa gruta de Belém da Nazaré há quase dois mil anos.

Uns, dão como os pastores e camponeses. Outros, como os Reis Magos.

★

E, quem dá, dá o quê? E dá o que a quem? E porque dá?

«O pai precisa de uma camisola

interior, que faz frio e ele só tem duas», ou:

«Achas que a Tucha vai gostar do vison?»

São duas atitudes distintas e opostas. Que, cada um, dá o que pode. Mas é o aniversário de Jesus que se comemora. Do mesmo Jesus que, um dia, no Templo, viu uma viúva dar uma moeda e gente abastada dar muitas e disse: «Esta mulher foi quem deu mais, porque deu tudo o que tinha».

★

E eis que foi, outra vez, em 78 recém-passado, Natal, a família, a Consoada, as prendas, o gosto que a gente faz em dar e receber.

E eis que, mais uma vez, as prendas foram difíceis para uns, menos difíceis para outros, muito difíceis para a maioria.

Que, antes do Natal, a vida aumentou de preço. Que as prendas são curtas para a vontade que tinhamos de dá-las.

Por isso o Natal, o tempo de olharmos uns para os outros com outros olhos, teve muitos olhares tristes.

Mas reforçou, por outro lado, a firmeza de muitos olhares: os de quem sabe que Natal também é «sempre que um homem quiser».

E porque o Natal há-de ser outro. Há-de ser para todos.

Que, muitos, muitos mesmo, estamos fartos de que o Natal de todos os dias seja só para alguns: os «bem-aventurados» deste tempo, que nunca sequer couberam nas bem-aventuranças de Cristo.



**CONGRESSO
DOS SINDICATOS
METALÚRGICOS**

REFORÇAR A UNIDADE CONSOLIDAR E DESENVOLVER A ORGANIZAÇÃO

O Congresso dos Sindicatos da Metalurgia e Metalomecânica que decorreu durante três dias no Pavilhão da Siderurgia Nacional, saldou-se pela ampla democratização e participação nos debates que se desenrolaram ao longo das cinco sessões de trabalho, a última das quais de encerramento. Este importante congresso sectorial veio ratificar as conclusões da discussão havida por todo o País, ao longo de cerca de seis meses.

Nesse período foram discutidos e aprovados os estatutos e o programa de acção da Federação que foram previamente distribuídos a classe. O Congresso procedeu, igualmente, à eleição do novo Secretariado da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal. Do relatório apresentado pela Comissão Promotora aos congressistas consta, aliás, que se realizou por todo o País um vasto trabalho de propagação que se consubstanciou na afixação de 50 mil cartazes e na venda de 190 mil autocollantes, 10 mil emblemas, mil medalhas de bronze numeradas, mil placas, mil cinzeiros, 2 mil porta-chaves e 2.500 esferográficas. Foram ainda distribuídos 168 mil desdobráveis, 165 mil projectos de estatutos e programas de acção e 1.500 pastas de plástico.

Além disto, a Comissão Promotora concedeu várias entrevistas aos órgãos de Comunicação Social, realizou Conferências de Imprensa e assegurou a cobertura, através do boletim sindical «O Metalúrgico», dos trabalhos preparatórios do Congresso.

Foi toda esta actividade, realizada -numa situação em que se agravam de dia para dia os problemas dos trabalhadores, em que o custo de vida aumenta de forma galopante, em que se acentuam as tentativas de despedimentos e a repressão patronal nas empresas-, que permitiu a participação dos 800 delegados e, dos muitos convidados, dos quais há a destacar a presença solidária das 22 organi-

z.ões sindicais estrangeiras, que, embora não tivessem direito de intervenção ou de voto puderam viver o Congresso nos seus múltiplos aspectos, mercê de um bem organizado serviço de tradução simultânea (Francês e Inglês).

A Comissão Promotora enviou convites especiais à CGTP-IN, a todas as UniãoS Sindicais, todas as Federações e a todos os Sindicatos, não organizados em Federação, que subscrevessem a CCTV dos metalúrgicos. O MURPI, associações de emigrantes e de deficientes, Comissões de trabalhadores, Comissões Sindicais e Inter-sindicais, bem como técnicos que, colectiva ou individualmente tenham demonstrado interesse em assistir ao Congresso, também receberam esses convites.

Democratizar, reforçar, organizar

Na primeira sessão, para além da leitura do Relatório da Comissão Promotora, foram discutidos e aprovados os Estatutos, por maioria e aclamação com 21 abstenções e 4 votos negativos. Além de consignarem uma ampla democratização interna e o reforço da organização sindical,

os Estatutos abriram perspectivas para a ampliação da representatividade da Federação. Sectores como o dos mineiros e o dos trabalhadores das indústrias de relojoaria e ourivesaria passam, assim, a integrar organicamente a Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal.

No início da 2.ª sessão procedeu-se à leitura de uma extensa relação das saudações e moções enviadas ao Congresso pelos mais diversos órgãos representativos e grupos de trabalhadores, após o que se passou à apresentação do Programa de Acção, ressaltando-se o facto de aquele documento ter surgido como «resultado da experiência colectiva dos trabalhadores e das organizações sindicais do sector», pelo que constitui «uma importante contribuição para o reforço da unidade e da organização sindical dos trabalhadores e da CGTP-IN».

Seguiu-se a discussão e posterior aprovação na 3.ª sessão do Programa de Acção que se caracterizou por um pormenorizado debate em torno das questões fundamentais que, no futuro, orientarão a acção dos trabalhadores metalúrgicos, metalomecânicos e mineiros.

Entretanto, foi entregue na Mesa do Congresso, pelo Secretariado cessante da Federação, uma lista de candidatura para o novo Secretariado. A eleição dos novos órgãos da Federação verificou-se no decorrer da 4.ª sessão. A Federação ficou deste modo dotada de um Secretariado composto por 20 membros efectivos e 5 suplentes.

Neste período foram ainda aprovadas várias Moções: de apoio à Reforma Agrária; de repúdio pela política de direita seguida pelos últimos Governos e agravada pelo Governo de Mota Pinto; de repúdio por todas as formas de divisionismo e por último uma mensagem de solidariedade internacional.

Solidariedade internacional

Mileisiana Pereira, delegada da Guiné-Bissau, leu, na sessão de encerramento uma saudação ao Congresso «em nome das organizações sindicais estrangeiras» na qual se dizia, a concluir:

«(...) Poderéis contar com a solidariedade militante de organizações sindicais aqui presentes, certos que é com o reforço da unidade de acção do Movimento Sindical Internacional que poderemos superar os imensos problemas comuns com que os trabalhadores se debatem, designadamente os resultantes da crise capitalista, na luta contra os monopólios e as multinacionais, pelo estabelecimento de uma nova ordem económica internacional, pelo reforço da Paz e da Justiça e do Progresso Social».

Seguiu-se a intervenção de José Ernesto Cartaxo, em nome do Secretariado da CGTP-IN que, depois de saudar os delegados e convidados firmaria: «Os que de uma forma simplista acusam a nossa estrutura sindical de ser corporativa, teriam, certamente, preferido que os trabalhadores cassem na política de «terra queimada», facilitando assim os intentos dos divisionistas».

«Mas — prosseguiu aquele elemento da Comissão Executiva da CGTP-IN — a consciência de classe dos trabalhadores portugueses, a experiência adquirida na luta contra o fascismo, asseguraram a modificação, a democratização e a reestruturação das estruturas já existentes, pondo-as de imediato, e até hoje, ao serviço dos seus interesses de classe, como aconteceu com a Federação dos Metalúrgicos».

«O Futuro é dos trabalhadores»

Fazendo uma ampla explanação sobre o que tem sido a actividade do Movimento Sindical Unitário em defesa dos interesses dos trabalhadores, José Ernesto Cartaxo prosseguiria a sua intervenção afirmando que «é na intensificação da nossa luta contra a política de direita, pela defesa das conquistas da Revolução, pela defesa dos nossos interesses de classe — na Contratação Colectiva, na Segurança no emprego, nas condições de trabalho, nos direitos sindicais na empresa — que residem as possibilidades de alterar profundamente a situação actual e de obrigar ao respeito pelo cumprimento do projecto constitucional».

E a concluir: «A intervenção responsável e criadora dos trabalhadores e do seu Movimento Sindical Unitário na resolução dos problemas nacionais é uma necessidade vital para assegurar uma política de defesa dos nossos interesses de classe — na Contratação Colectiva, na Segurança no emprego, nas condições de trabalho, nos direitos sindicais na empresa — que residem as possibilidades de alterar profundamente a situação actual e de obrigar ao respeito pelo cumprimento do projecto constitucional».

E a concluir: «A intervenção

UM TRABALHO DEMOCRÁTICO E DE MASSAS

Os trabalhos preparatórios do Congresso iniciaram-se há cerca de seis meses, com a apresentação, em Plenário da Federação, de uma proposta do respectivo Secretariado, tendente a levar à prática a orientação saída do Congresso de Todos os Sindicatos, relativamente à realização de congressos sectoriais.

Posteriormente, e também sob proposta do Secretariado da F.S.M., foi eleita a Comissão Promotora do Congresso. Esta Comissão elaborou, então, uma proposta de regulamento do Congresso que, após três semanas de discussão no seio da classe, foi aprovada no Plenário da Federação, por cerca de uma centena de dirigentes sindicais metalúrgicos.

Conforme previa o regulamento, seguiram-se dois meses de discussão dos anteprojectos de estatutos do programa de acção da Federação. Os Sindicatos destacaram os seus representantes ao Congresso, enquanto que nas empresas e ao nível de zonas geográficas, estes foram eleitos directamente pelos trabalhadores.

Dos anteprojectos de estatutos e do programa de acção a Comissão promotora editou e distribuiu à classe 165 000 exemplares.

O debate destes documentos foi feito por cerca de 500 mil reuniões preparatórias do Congresso, por todo o País. Realizaram-se 288 plenários de empresa, 103 plenários de zona, 51 plenários de de-

legados sindicais e dez reuniões gerais de associados dos sindicatos. A Comissão Promotora, embora provisoriamente, estima em 69 229 o número de trabalhadores que participaram nos trabalhos preparatórios do Congresso.

A Comissão Promotora revistou ainda a entrada de 182 propostas de alteração aos anteprojectos de estatutos e do programa de acção. Dessas propostas, 73 foram contempladas nos projectos finais, e foi nelas que os delegados basaram as suas intervenções durante os trabalhos do Congresso. De resto, todos os delegados puderam ainda apresentar novas propostas enquanto decorreram as sessões do Congresso.

responsável e criadora dos trabalhadores, o futuro é dos trabalhadores, a roda da História não marchará para trás».

Os trabalhos da Conferência encerraram com a intervenção do camarada João Paulo em nome do Secretariado da Federação que começou por saudar fraternalmente os delegados ao Congresso, o anterior Secretariado e «com particular emoção» os delegados de organizações de outros países, e, ainda, a representação da CGTP-IN.

João Paulo que teve importantes considerações acerca do significado da realização do Congresso e das decisões nele estabelecidas, diria a terminar:

«O Programa de Acção vai constituir o nosso Guia de Acção Sindical. A concretização das medidas nele propostas tem como condição decisiva a formação sindical dos trabalhadores. Daí a importância da decisão de ser criada uma Escola de Quadros Sindicais da CGTP-IN, para melhorar, alargar e reforçar o nosso trabalho de organização e a participação dos trabalhadores em todas as frentes de trabalho sindical. Daí o nosso comprometimento em participarmos na campanha de fundos que está a ser desenvolvida para que este grande objectivo se transforme numa realidade viva e dinâmica.

«O Secretariado da Fede-

ração está plenamente consciente das dificuldades provocadas pela actual e complexa situação política e social, mas está firmemente disposto a não enjairar as responsabilidades que assume.

«Estamos convictos de que a elevada consciência de classe dos trabalhadores do sector e o poderoso impulso que o Congresso constitui no sentido de reforçar a nossa unidade e de consolidar e desenvolver a nossa organização, dos locais de trabalho à Federação, são garantias de que os objectivos que traçamos serão atingidos, de que os direitos dos trabalhadores serão defendidos, de que a política de direita será destruída, de que os trabalhadores conseguirão assegurar a defesa do regime democrático e das conquistas de Abril.

«O Secretariado da Federação exorta todos os activistas sindicais presentes nos trabalhos do Congresso a desenvolverem os seus esforços para mobilização e consciencialização dos seus camaradas de trabalho, para tomarem nas suas mãos as resoluções do Congresso, para que transformem o programa aprovado no seu guia para a acção, para que reforcem a democracia sindical a todos os níveis.»



1º CONGRESSO DOS SINDICATOS DA HOTELARIA E TURISMO

UNIR, ORGANIZAR

Durante cerca de 16 horas de trabalho, durante as quais foram produzidas dezenas de intervenções, mais de cinco centenas de delegados, vindos de todo o país, incluindo as regiões autónomas dos Açores e da Madeira, realizaram nos dias 16 e 17 do passado mês de Dezembro, no Estoril, o I Congresso dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo.

Quando ao fim da tarde do dia 17, começaram a regressar às suas terras, onde haviam sido eleitos pelos seus companheiros de trabalho, os delegados tinham já aprovado, quase sempre por unanimidade ou por esmagadora maioria, os novos estatutos da sua Federação de Sindicatos e o respectivo programa de acção e bem assim haviam eleito, por voto secreto, o novo secretário do organismo de coordenação sindical do sector.

Os trabalhos do Congresso iniciaram-se com uma saudação aos delegados e aos trabalhadores do sector feita, em nome da Comissão Nacional Organizadora (CNO), por Leonel Nunes, presidente da direcção do Sindicato do Funchal (Madeira) e membro (agora reeleito) do secretariado da Federação.

Na sala do Pavilhão dos Congressos do Estoril, reuniram-se mais de cinco centenas de delegados, eleitos pelo voto directo, de mais de onze mil trabalhadores do sector, no termo de um período de dois meses durante o qual mais de 24 mil trabalhadores do sector participaram activamente em mais de duas centenas de reuniões amplias de trabalho, na preparação desta importante iniciativa.

Representantes da CGTPI, das União dos Sindicatos dos distritos de Lisboa, Porto, Setúbal e Viana do Castelo e das Federações dos Sindicatos dos Ferroviários, Função Pública, Celulose, Metalúrgicos, Comércio e Têxteis participaram também nos trabalhos, como convidados.

Com o mesmo estatuto destes últimos assistiram representantes da União Inter-nacional dos Sindicatos de Indústria Alimentar, das Comissões Obreras e da União Sindical Obrera (ambas de Espanha), União Nacional dos Trabalhadores da Guiné-Bissau, Organização Sindical de S. Tomé e Príncipe e da Central Unida dos Trabalhadores (CUT) do Chile.

LUTAR NO PRESENTE CONSTRUIR O FUTURO

Balanco da actividade da Federação

A iniciar os trabalhos, Américo Nunes, do secretariado cessante (também reeleito) apresentou o relatório de actividades da Federação.

Relatório longo, ele constituiu um pormenorizado balanço da actividade sindical no sector, antes e depois do 25 de Abril, suas dificuldades e vitórias. O relatório caracteriza económica e sindicalmente o importante sector de actividade do sector da hotelaria e turismo, onde laboram cerca de cem mil trabalhadores.

A parte final do relatório do secretariado confirma isso mesmo. «O levantamento das dificuldades, a análise da situação, a discussão colectiva, o trabalho realizador e a recolha de ensinamentos que a preparação deste Congresso e a sua própria efectivação já proporcionaram ou irão proporcionar — afirmou Américo Nunes — constituem elementos decisivos que, aliados ao aprofundamento da democracia e participação interna na estrutura e actividade sindical, bem como à consecução do programa de acção que vier a ser (for) aprovado, garantirão a mobilização



A análise da realidade do sector, aos seus diversos níveis, permite concluir que os trabalhadores da hotelaria e turismo têm condições objectivas que se lhes apresentam, e capacidade para garantirem um futuro diferente e bem mais justo do que o presente que vivem.

crecente dos trabalhadores para a defesa intransigente da sua unidade, das suas condições de vida e de trabalho e dos seus objectivos históricos.

Programa de acção

Os delegados discutiram e aprovaram, primeiro na gene-

ralidade (por unanimidade) e depois na especialidade (por esmagadora maioria), o projecto de estatutos da Federação apresentado pela comissão nacional organizadora.

Neste importante documento, fruto da experiência sindical no sector e garante da ampla e genuína democraticidade das respectivas estruturas organizativas, a Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo tem definido como órgão máximo de decisão o Congresso, no intervalo de cujas reuniões o plenário de Sindicatos e o secretariado definem e o último executa as orientações de trabalho, no respeito pela vontade livre e expressamente manifestada pelos trabalhadores. Por força estatutária, a Federação mantém a sua filiação na Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional.

Mas foi sem dúvida a discussão (tanto na generalidade como na especialidade) do projecto de programa de acção da Federação que possibilitou um maior aproveitamento das experiências acumuladas e ensinamentos da vida sindical dos últimos anos.

Em dezenas de intervenções, as dificuldades sentidas pelos diversos níveis pelos trabalhadores e suas organizações; a análise da realidade concreta do sector, suas dificuldades económicas e estruturais e as propostas dos trabalhadores para a sua solução; todo um rico manancial de experiências e esforços ficaram bem patentes.

Dentro deste capítulo, prendeu em especial a atenção dos delegados o problema das condições de vida e de trabalho no sector e a luta pela sua melhoria. A defesa das condições de vida e de trabalho, tal como a dignificação dos trabalhadores — afirmou, a propósito, Amadeu Sampaio, do Sindicato de Coimbra — deverão ser, em todas as suas múltiplas facetas, o nosso objectivo principal, o cimento de unidade na nossa luta por uma sociedade mais justa, em que não caiba a exploração do homem pelo homem.

A organização dos trabalhadores na empresa foi outro dos temas centrais do debate. Neste campo, como salientou José Pires da Silva, do Sindicato de Lisboa, «nem tudo o que foi feito vingou com êxito», pois muitas foram as empresas «onde se constituíram comissões de trabalhadores mas as dificuldades, mesmo as internas entre a classe, se mantiveram ou agravaram.



Reforçar a unidade

A necessidade de fortalecer a unidade dos trabalhadores e combater as ações divisionistas prendeu igualmente a atenção dos delegados, como se pode verificar, entre tantas outras, na intervenção de Maria Helena Vicente, da delegação de Sines do Sindicato de Lisboa. «O firme combate ao divisionismo — disse — é parte integrante da luta pela unidade e pelo reforço da tradição unitária do Movimento Sindical».

Muitos outros temas foram abordados à medida que, um após outro, dezenas de delegados passavam pela tribuna dos oradores. Entre eles, destaque para o da Segurança Social (Monteiro da Silva, do Sindicato do Sul: «(...) é urgente a revisão do esquema de financiamento da Segurança Social, em ligação com a redefinição da política fiscal, de forma a que passe a ser um instrumento importante de uma política de redistribuição de rendimentos favorável aos trabalhadores e a outras camadas da população, em especial as que dispõem de menores rendimentos»); formação profissional (António Almeida, do Sindicato de Lisboa: «é necessária e urgente a criação de um plano de ensino unificado e uniforme, com vista a ser ministrado pelas escolas profissionais ou órgãos de apoio que venham a criar-se»); organização da juventude (Francisco Meireles, do Sindicato do Porto: «sendo a juventude o futuro deste país, é preciso e urgente encaminhá-la no rumo certo, que é o de lutar por melhores condições de vida e criar estruturas capazes de

aplicação dos tempos livres de todos os trabalhadores da hotelaria»); e problemas específicos da mulher trabalhadora (Emília da Fonseca, trabalhadora da Lisnave: «nós, mulheres, consideramos que temos um papel importante a desempenhar. Por isso, consideramos também que é importante que se reforce o departamento de mulheres do nosso Sindicato e se comecem a desenvolver iniciativas sem descurar a luta geral dos trabalhadores deste país»).

Uma nota especial deve ser dirigida à participação muito frequente (e sempre calorosa e fraternalmente saudada pelo Congresso) dos delegados vindos da região autónoma da Madeira. A razão disto pode ser compreendida pela transição de uma passagem da intervenção de um desses delegados: «se por um lado a Madeira é um exemplo do que significa a 'democracia' praticada por senhores que à pressa se distanciam de democratas — afirmou — a Madeira é também o exemplo da vontade, do querer e da determinação das massas trabalhadoras».

Confiança

As últimas sessões de trabalho foram dedicadas à eleição do novo secretariado da Federação (foi eleita a lista única proposta pela CNC) e às intervenções dos representantes deste órgão e da comissão executiva do Secretariado Nacional da CGTP - IN.

Situando a realização do Congresso no actual momento e na presente situação político-sindical, o camarada Kalidás Barreto, da direcção da Confederação, alertou para os perigos e dificuldades que decorrerão do facto de a direita «se ter instalado no Poder, contrariando tudo o que de mais claro há nas aspirações do Povo».

Foram de confiança no futuro as últimas palavras do camarada Kalidás Barreto, que recordou que «o futuro se constrói no presente» e não «com desânimo ou descrença».

«A força, a influência e o prestígio da CGTP-IN — rematou — permitirão a coesão e a coordenação das lutas nos objectivos certos. Inquietos, apreensivos no presente, encaramos o futuro com confiança, porque quer queiram ou não as forças reacţionárias, o futuro é nosso, o futuro é dos trabalhadores».

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS SINDICATOS FERROVIÁRIOS

Com os objectivos de reforçar a unidade dos trabalhadores, de se defenderem sem timidez as nacionalizações e para defender os direitos e interesses dos trabalhadores, vai realizar-se nos próximos dias 20 e 21 do corrente mês, no Entroncamento, a Conferência Nacional dos Sindicatos Ferroviários.

Esta importante iniciativa, que se integra num plano de dinamização da acção sindical, possibilitará que os trabalhadores ferroviários, além de debaterem a situação existente na CP e o controlo de gestão, analisem a reestruturação do Movimento Sindical Unitário numa perspectiva de unidade, de forma a poderem fazer frente às tentativas divisionistas provenientes daqueles que estão muito mais interessados na defesa dos seus interesses de classe do que em defenderem os direitos de toda a classe trabalhadora.

A Conferência Nacional dos Sindicatos Ferroviários terá a participação de dirigentes sindicais, delegados sindicais, trabalhadores eleitos nos locais de trabalho e membros das comissões de trabalhadores, entendendo-se estas como sendo todas as estruturas eleitas com base em estatuto próprio e programa de acção. Sem direito a voto participam, ainda, as comissões de juventude, de mulheres e de reformados existentes nos Sindicatos.

Entretanto estão já a circular os documentos a partir dos quais os trabalhadores efectuarão debates e proporão alterações, que serão atendidas na medida do possível, após o que os textos finais a discutir durante a Conferência serão distribuídos aos Sindicatos no dia 10 de Janeiro.

É evidente que uma Conferência Sindical deste tipo reveste-se de primordial importância para o Movimento Sindical Unitário, que sai uma vez mais reforçado pela ampla participação dos trabalhadores na discussão dos problemas que os afectam e, também, dos problemas gerais que preocupam seriamente a classe trabalhadora em geral, fortemente ameaçada pela constante recuperação capitalista em curso desde há três anos a esta parte.



A realização da Conferência Nacional dos Sindicatos Ferroviários integra-se no programa de acção da Federação dos Sindicatos Ferroviários que, como organismo dinâmico, de massas e de classes que efectivamente é, intervém eficazmente na resolução dos problemas mais sentidos e contribuirá activamente para a defesa da Constituição e das conquistas de Abril, reforçando os Sindicatos seus filiados e estreitando a colaboração e a solidariedade dos trabalhadores ferroviários e suas organizações com todos os explorados, dentro das estruturas do Movimento Sindical Unitário.

3ª CONFERÊNCIA DA REFORMA AGRÁRIA

CONFIANÇA NO FUTURO

A Conferência da Reforma Agrária realizou-se pela terceira vez com grande êxito. Podemos dizer que com êxito crescente porque, ano após ano, os trabalhadores agrícolas enfrentam maiores dificuldades, criadas pelo MAP, e, em compensação, recebem novas provas de solidariedade nacional e internacional.

Os obstáculos levantados pelo organismo governamental que deveria ser o responsável pelo importante sector agro-pecuário chegam à mesquinha negação de um local para a realização dos trabalhadores da Conferência.

Os trabalhadores agrícolas e camponeses estão acostumados a sofrer os efeitos da chuva e do frio. Esse sacrifício não é mais do que o de trabalhar sem os créditos e o apoio técnico ou de receberem as bastonadas como têm sido obrigados pelo MAP a suportar. E os demais convidados, trabalhadores das indústrias e dos serviços de todo o País, solidarizaram-se numa demonstração de que estão dispostos a estar sempre ao lado dos defensores da Reforma Agrária. Junto a eles estiveram representados os 35 milhões de associados da União Internacional dos Sindicatos de Trabalhadores da Agricultura, Florestas e Plantações, assim como os das organizações sindicais e camponesas da Confederação Francesa Democrática de Trabalhadores, da Confederação Geral de Trabalhadores (França), Comissões Obreras (Espanha), da União Soviética, Hungria, Checoslováquia, República Democrática Alemã, República da Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde.

Os 750 convidados e as onze delegações estrangeiras tiveram a oportunidade de constatar a verdadeira perseguição exercida em nome do Estado por alguns recalcitrantes defensores dos antigos senhores da terra contra os trabalhadores portugueses.

Essa luta do presente contra o passado, da coragem de quem constrói um Portugal

novo contra o abuso do poder de quem nega as liberdades democráticas, foi amplamente documentada pela RTP e por todos os meios de comunicação social nacionais e estrangeiros que circularam livremente. É verdade que o que foi filmado não encontrou espaço para ser projectado na TV portuguesa, que esteve mais empenhada em mostrar ao público as reuniões de pequenos grupos folclóricos da política nacional. Provavelmente acha-as mais adequadas ao gosto das famílias que em dia de chuva não saem de casa. Mas os seus funcionários, os técnicos da RTP, sofreram o frio e a chuva ao lado dos demais trabalhadores e, certamente, conheceram a verdade sobre a Reforma Agrária.

Participação

Três mil delegados vindos das UCP's e cooperativas, assalariados agrícolas e pequenos agricultores debateram:

- 1 - A ofensiva e linhas de defesa da Reforma Agrária
- 2 - Orientação para uma nova política de produção
- 3 - Questões de política financeira e crédito agrícola

- 4 - Comercialização e política de preços
- 5 - Aliança com os pequenos agricultores
- 6 - Organização, gestão e quadros
- 7 - Solidariedade com a Reforma Agrária
- 8 - Questões sindicais: contratação colectiva
- 9 - Organização sindical

Uma numerosa juventude com significativa presença da mulher trabalhadora representou as UCP's, transmitindo o entusiasmo dos novos quadros dirigentes que surgiram com o processo da Reforma Agrária. Mesmo para os que têm acompanhado de perto as frequentes assembleias de trabalhadores dinamizadas pelos Sindicatos Agrícolas e secretariados das UCP's, surpreendeu o número de raparigas e rapazes com intervenções cheias de vigor, que abriram novas pistas de análise dos problemas de produção, política económica, questões sociais, etc., com a objectividade de quem participa intensamente no processo e assume a responsabilidade por encontrar soluções.

Aperfeiçoamento técnico

A ausência do apoio técnico estatal obrigou os trabalhadores a desempenharem novas funções. Improvisaram laboratórios onde acompanharam o germinar de diferentes variedades de sementes, estudaram os problemas financeiros e de gestão. A ajuda voluntária de técnicos, nacionais ou estrangeiros, enriqueceu as discussões promovidas pelos trabalhadores para a introdução de novas culturas ou para a correcção de solos. As experiências com o tabaco já promovam a sua viabilidade em várias regiões.

Na secção destinada à orientação para uma nova política de produção, os trabalhadores revelaram a sua experiência prática que abre caminhos seguros para a economia nacional.

Se os responsáveis pelo MAP estivessem interessados na defesa da economia do País e não utilizassem os instrumentos governamentais para alimentar o revanchismo dos antigos agrários, muito aproveitariam com as informações trazidas à III Conferência. Ao contrário, além de dificultarem todos os trabalhos, negaram (sem ouvir) a validade dos depoimentos. O secretário de Estado da Reestruturação Agrária, alguns dias mais tarde, contestou os dados estatísticos apresentados pelos trabalhadores. Com a sua autoridade de governante, afirma o que não sabe, porque o único levantamento de dados referentes à economia e organização do trabalho nas UCP's e cooperativas da zona de intervenção foi feito pelos trabalhadores através dos secretariados das UCP's.

O Instituto Nacional de Estatística, na sua publicação anual de 1977, afirma não ter ha-





vidas alterações na estrutura agro-pecuária desde 1968. A Federação dos Sindicatos Agrícolas alertou aquele importante organismo estatal para as profundas modificações proporcionadas pela Reforma Agrária. Indicou o aumento de área cultivada, do número de cabeças de gado, de máquinas, dos investimentos feitos pelos trabalhadores na construção de obras de engenharia rural, etc.

O secretário de Estado permanece na ignorância. Insiste na afirmação de que o Estado investiu sem reembolsos. Propositadamente, nega a evidência para quem visita as novas aldeias, as casas para gados e máquinas, as creches, os supermercados, etc., criados nas UCP's.

Mas quem esteve na Conferência da Reforma Agrária viu uma exposição fotográfica que atesta as profundas modificações havidas nos campos do Alentejo e Ribatejo.

Quem teme a Reforma Agrária?

O nosso camarada Álvaro Rana assinalou a importância desse processo cuja realização «está a atingir resultados que foram poder ao introduzir um novo sistema social que permite a elevação do nível de vida e cultural das populações e a criar uma nova organização de produção que assegura o aperfeiçoamento técnico e lança as bases para a independência económica».

Também os delegados das organizações sindicais estrangeiras apontaram as razões que levaram as forças de direita e mesmo os instrumentos do capitalismo internacional a atrair-se por todos os meios contra a Reforma Agrária em Portugal.

Nas palavras do dirigente Álvaro Rana da CGTP-*IN*, «o imperialismo e os seus agentes no nosso país têm medo da Reforma Agrária». E mais adiante: tais conquistas no

campo económico e social «põem em perigo a dominação capitalista e o controlo imperialista da economia nacional».

Agressões

As intervenções dos homens e mulheres que trabalham na agricultura da zona da Reforma Agrária foram também uma clara e veemente denúncia da política destruidora levada a cabo pelo próprio Ministério da Agricultura: foram retiradas às UCP's e cooperativas 88 000 hectares de terras férteis para serem entregues aos agrários. Mais de metade das «reservas» entregues até Junho de 1977 permanecem abandonadas ou subaproveitadas. Tal acção ocasionou a destruição de sete UCP's, sendo quatro em Beja, duas em Portalegre e uma em Évora.

Com o pretexto das entregas de reservas (ilegais na sua maior parte como já está a ser provado judicialmente) foram roubados mais de 250 tractores, 47 ceifeiras debulhadoras, mais de 870 máquinas e alfaias diversas, mais de 50 instalações totalizando um valor superior a 125 mil contos. Só em cabeças de gado foram roubadas mais de 20 mil para serem oferecidas aos agrários que em seguida as venderam. Em meios de produção e produtos usurpados o Estado deve às UCP's e cooperativas cerca de 35 mil contos.

A repressão comandada pelo Ministério da Agricultura desde 10 de Outubro de 1973 já deixou um saldo de 170 trabalhadores feridos. Nessas operações foram enviados mais de cinco mil guardas (GNR), 450 «jeeps», cães e cavalos.

Essa política criminoso tem como consequência inevitável a descapitalização do sector e como reflexo imediato o desemprego. No ano de 1976 a I Conferência da Reforma Agrária revelou a criação de 50 200 novos postos de trabalho, sendo 33 mil permanentes. Como fruto dessa política de agressão e estrangulamento económico

hoje foram atirados ao desemprego 12 900 trabalhadores, dos quais dois mil permanentes.

Exemplo patriótico

Mais uma vez os trabalhadores da Reforma Agrária organizados nos seus Sindicatos deram o exemplo de dedicação patriótica e de capacidade na defesa da economia nacional. Os seus sacrifícios, os profundos sofrimentos que têm sido obrigados a suportar, não os conduzem ao ódio e à vingança. Sabem eles que a intenção dos que cobatam a Reforma Agrária é levar os trabalhadores à desorganização e às acções isoladas. Estão seguros no caminho iniciado com as primeiras ocupações de terras, sempre dentro da legalidade que hoje é assegurada pela Constituição da República.

Debaixo de uma onda de violências, de agressões físicas, de roubos, de desmandos de grupos de agrários, de humilhações, de portas governamentais que se fecham impedindo o diálogo, eles deram seguimento ao seu programa anual de balanço da situação e de informação ao País e prosseguem a firme defesa da produção.

A Conferência da Reforma Agrária é um dos níveis de organização que assegura a consolidação dessa importante conquista de Abril. Não há como negar o empenhamento positivo dos trabalhadores no esclarecimento das questões básicas desse sector económico, não há como negar a ampla solidariedade dos trabalhadores de todo o Portugal, não há como negar a importância reconhecida por vários países (tanto capitalistas como socialistas) desse processo conduzido pelos trabalhadores, não há como negar a intenção antidemocrática e antipatriótica do actual Ministério da Agricultura que é responsável pelos obstáculos levantados ao desenvolvimento da Reforma Agrária.

DOS DESPEDITOS COLECTIVOS

A nível das empresas, nomeadamente nas desintencionadas e nas multinacionais, têm-se acatado as tentativas de despedimentos colectivos.

Milhares de trabalhadores vêm, assim, negado o direito à segurança no emprego que a Constituição garante.



Nas justificações enunciadas para «explicar» esta onda de despedimentos colectivos, onde que vai a par com as pressões para rever a lei dos despedimentos actual, avulta o argumento da viabilidade económica das empresas e da racionalização e modernização da produção. Um tal argumento pretende dar a entender que os despedimentos são benéficos (!) para a economia do país, pois se os agora chamados «operadores económicos» livrem a garantia que permitem despedir depois, isso permitir-lhes-á contratar agora. Só que eles despedem agora e não contratam depois — é esta a sua prática actual, e nada indica que mudará no futuro próximo.

A herança do passado

A exploração desenfreada dos trabalhadores, a «paz social» mantida através da repressão, o mercado interno protegido, o aparelho de estado fascista ao serviço do poder dos grupos monopolistas eram garantias para o prosseguimento duma «gestão» caduca, assente no aumento da intensidade de trabalho — seja no esforço físico, seja no prolongamento de jornada de trabalho. Tão boas condições para explorar os trabalhadores, extrair a mais-valia, e acumular a capi-

tal puseram quase totalmente de lado a modernização do aparelho produtivo, a inserção de novas técnicas de produção, a realização de investimentos.

A mais-valia acumulada era utilizada mais no consumo sumptuário e de luxo que no investimento necessário ao desenvolvimento económico do país. E se hoje milhares de empresas pequenas se vêem também ultrapassadas na concorrência típica do capitalismo, a política económica do fascismo é uma das principais responsáveis.

Na esmagadora maioria de casos de empresas de capital português que pretendem efectuar despedimentos verifica-se que o atraso tecnológico, as condições de produção ultrapassadas, têm a sua origem na ausência de investimentos e de medidas de reorganização interna cuja responsabilidade não é evidentemente dos trabalhadores.

Os interesses da maioria

A confusão propositalmente lançada entre os interesses dum capitalista individual e as necessidades do país, entre a ganância dos lucros e o desenvolvimento económico, encontra a sua expressão mais hipócrita no

problema dos despedimentos e do desemprego.

Já durante o fascismo, em que a iniciativa monopolista pôs e dispôs, foi o que se viu: centenas de milhares de trabalhadores lançados na emigração, porque a tal iniciativa, os tais operadores, eram, e são, incapazes de assegurar a criação de postos de trabalho em número suficiente. Foi o que se viu num contexto de expansão económica dos países capitalistas (anos 60) e seria ainda pior no contexto da crise actual, que se prolongará por muitos anos ainda.

No mundo de hoje, só os saudosistas do século passado que «o que é bom para a minha empresa é, certamente, bom para o país». Sem prejuízo de se defender a viabilidade das empresas na situação actual, e com maior razão no futuro é uma certeza, a intervenção crescente do estado na economia, para assegurar e garantir o mínimo de condições sociais de vida e disciplinar a actividade económica. Bem como é cada vez mais evidente, para um número cada vez maior de povos, que os interesses da minoria exploradora são contraditórios e contrários às necessidades do desenvolvimento económico e social.

No caso português a responsabilidade do Estado é ainda maior. Mercês das nacionalizações operadas, o Estado é hoje responsável directa e indirectamente por quase 60% do total do investimento (formação bruta de capital fixo), segundo dados relativos a 1976, ainda não publicados. E se é verdade que uma parte significativa desse investimento se verifica em empresas com alta composição orgânica de capital, onde são criados relativamente poucos postos de trabalho, também devemos ter presente que o impacto das obras públicas e construções, a nível de emprego, não é negligenciável. Mas, ainda mais importante, é o impacto no emprego que os investimentos públicos podem ter, pois, devido às posições-chave das empresas nacionalizadas, um parte muito importante do investimento privado destina-se ao

mercado interno depende estritamente da execução, ou não, do investimento público.

Veja-se o que sucede com a metalomecânica e dependência face aos projectos da CP, do Plano Siderurgico Nacional, de Sines, etc.

A política do desemprego

Os diversos governos que se têm sucedido ultimamente têm praticado uma política económica e financeira que astifia as empresas, reduz-lhes a capacidade financeira e assim as vai pressionando para aumentar os preços dos produtos que venderem ou reduzir os custos — com o pessoal, claro — pois continuam por criar as condições



técnico-financeiras de apoio à reconversão e expansão da actividade da PME's.

A política financeira tem conduzido ao agravamento do desemprego, com a não-criação de novos postos de trabalho, enquanto paralelamente dezenas e dezenas de milhares de jovens não encontram colocação. E, sendo uma política restritiva é, por definição e na prática, uma política contrária à criação acelerada de novos postos de trabalho produtivos.

O Programa do IV Governo, mesmo reconhecendo a necessidade de pôr em prática uma política de crescimento económico que conduza à criação de postos de trabalho, acaba por concretizar apenas a manutenção da

política de austeridade que tem sido seguida e deixa para um futuro distante e inacessível a concretização duma política de crescimento económico.

A posição Sindical

O Movimento Sindical opôs-se a qualquer alteração à actual lei dos despedimentos que permita maiores facilidades de manobra ao patronato para proceder a despedimentos. Esta oposição do Movimento Sindical é reflexo e consequência da passada e actual prática do patronato, que não dá quaisquer garantias sobre a criação de postos de trabalho; é reflexo e consequência da análise efectuada sobre esta e outras leis do tra-

balho e sobre o papel destas na correlação de forças a nível social.

O Movimento Sindical luta por uma política económica assente nas novas realidades e na actual estrutura da economia portuguesa, no reforço do papel do sector nacionalizado e em autogestão e cooperativas, na elaboração e execução dum plano económico com o objectivo do pleno emprego, como aponta a Constituição da República e considera estarem criadas as condições, a nível interno, para que a definição e execução da medida económica seja efectiva.

Os trabalhadores têm demonstrado, na zona da Reforma Agrária e nas propostas de reestruturação e reconver-

são de inúmeras empresas e sectores de actividade, que a manutenção e elevação do actual nível de emprego é um objectivo possível e realista, desde que a política económica seja orientada nesse sentido, desde que as medidas económicas, financeiras e sociais a ele se subordinem. Em mas empresas tem sido por iniciativa dos trabalhadores, com base na análise realista das situações, que se têm tomado medidas de contenção de custos e diminuição de desperdícios.

E, apesar da actual conjuntura política, ou melhor, também devido à actual conjuntura, estes esforços de viabilização têm-se intensificado para defesa consequente dos postos de trabalho. E, mesmo a argumentação de que a con-

À POLÍTICA DE DESEMPREGO



corrência estrangeira irá pôr em causa e liquidar os melhorarias ora conseguidas não consegue mais do que reflectir a humilhante subordinação subjectiva em que essas pessoas se colocam face aos países capitalistas que dizem estar «connosco». Hoje é também evidente que o tempo das imposições já passou e que mesmo um país pequeno em dimensão tem possibilidades, se tiver vontade, de negociar melhores condições e contrariar discriminações que nos querem submeter.

Hoje é mais claro que o reforço da independência nacional passa pelo esforço nacional mas que este não pode ser desligado da melhoria das condições de vida e de trabalho. E a recuperação económica não pode ser confundida com a restauração dos privilégios de meia dúzia de monopolistas que o 25 de Abril veio arrear do poder despótico que mantinham.

A actuação responsável que os trabalhadores têm demonstrado, a sua força e a sua razão, são garantias de que a actual política de despedimentos e desemprego não se manterá e de que será assegurado o desenvolvimento económico independente, que as carências do povo português e as esperanças que Abril rasgou exigem.

MARN:

A Lei 76/77 (Lei do Arrendamento Rural também conhecida por «Lei dos senhores ricos»), através dos seus artigos 17, 18 e 19, criou uma situação de instabilidade, insegurança e intranquilidade para milhares de reendeiros e suas famílias. Como sempre alertaram os reendeiros e o MARN, desde a altura em que a actual lei não passava de um projecto, esta lei significa a destruição de centenas e centenas de explorações agrícolas feitas com terras arrendadas. A Lei 76/77 é responsável por centenas e centenas de trabalhadores deste País — os reendeiros e suas famílias — ficarem sem tecto e sem trabalho.

2.000 agricultores reendeiros reunidos na Faculdade de Economia do Porto em 26 de Novembro passado, por altura do 3.º aniversário do Movimento dos Agricultores Reendeiros do Norte (MARN), aprovaram um documento que resume os problemas e reivindicações fundamentais daqueles que trabalham em terras arrendadas.

Contra os despejos

Só pelo contencioso do MARN, passaram mais de 160 processos de despejo movidos pelos senhores aos agricultores reendeiros. Acotando-se por detrás de uma lei injusta, os senhores procuram afastar das terras arrendadas centenas de agricultores, tirando para a miséria os reendeiros e respectivos familiares.

A revogação dos artigos 17, 18 e 19 da actual Lei do Arrendamento Rural, é uma das exigências do MARN e dos reendeiros do Norte, constante no documento final aprovado em 26 de Novembro, por serem estes os artigos mais frontalmente lesivos dos interesses dos agricultores.

No referido documento, os reendeiros exigem que os despejos só possam ser feitos por mútuo acordo ou decisão judicial, e, no último caso, desde que haja garantias de o senhorio ou descendentes pretenderem cultivar directamente a terra, terem capacidade para o fazer e necessitem disso para a sua subsistência. Esta exigência dos reendeiros é justa, por três razões fundamentais: em primeiro lugar, porque salvaguarda o direito ao trabalho e ao pão para os reendeiros e suas famílias; em segundo lugar, porque não permite o abandono ou subaprovei-

NÃO À LEI DOS SENHORIOS RICOS

tamento de terras cultiváveis; em terceiro lugar, porque tem em conta as dificuldades dos senhores pobres que se vêem na contingência de recorrer ao trabalho na terra para subsistir.

Pelo fim dos arrestos

À apreensão pelo tribunal, a requisição do senhorio, da produção agrícola dos reendeiros, dá-se o nome de «arresto». Ao arresto, recorrem os senhores que querem «garantir» o pagamento das rendas «não pagas»... Alguns juizes têm-se pronunciado a favor das pretensões dos senhores, apreendendo produtos agrícolas, que não podem ser comercializados pelos agricultores reendeiros. Os arrestos, provocam a deterioração da produção agrícola e constituem uma das situações mais contestadas pelos reendeiros, que exigem o fim do impedimento de venda dos produtos. No documento final aprovado no Encontro a que nos vimos referindo, adianta-se que as decisões judiciais de apreensão da produção agrícola «esquecem» alguns factos incontestáveis: 1) na grande maioria dos casos, foram os senhores que se recusaram a receber as rendas ou impediram, que se chegasse a acordo quanto ao montante de renda a pagar; 2) em muitos casos, não há valores de renda fixados, por atrasos de meses e anos dos de fixação de renda; 3) de uma maneira geral, os reendeiros têm feito depósitos para pagamento das rendas aos senhores que se recusam a recebê-las.

Os arrestos, impedindo a venda da produção agrícola e provocando a deterioração dos produtos, são um crime antieconómico

e põem em causa a sobrevivência de milhares de famílias de agricultores pobres.

Pelo fim da parceria

O pagamento da renda da terra através de produtos agrícolas é um processo ainda utilizado, embora até as Leis 76/77 (ao Arrendamento) e 77/77 (Lei Barreto) prevejam o fim da parceria agrícola. No Encontro, formalizou-se no documento aprovado uma velha aspiração dos reendeiros: a criação de condições para a efectiva abolição da parceria, com proibição do estabelecimento de novos contratos de parceria. Isto é, exigindo-se muito simplesmente o cumprimento das leis em vigor, que, pelos vistos, só são aplicadas naquilo que ferem descaradamente os interesses dos que trabalham!

O crédito agrícola

No momento, o problema fundamental para os reendeiros não é a compra de terras mas a estabilidade e continuidade do arrendamento. No entanto, a ambição de muitos agricultores de cultivarem terra sua, depois de longos anos de trabalho em terra alheia, é justa! Para que esta «ambição» dos reendeiros possa ter corpo é absolutamente necessário que dispoham de crédito barato. Aláís, o problema do crédito não se coloca só, nem principalmente, neste caso. O crédito agrícola é imprescindível para o aumento da produção, e este aumento é incompatível com a morosidade e a complicação na atribuição de crédito aos agricultores, e principalmente com as altas taxas de juro praticadas neste momento.

A instalação das Comissões Concelhias de Arrendamento (órgãos auxiliares dos tribunais), a entrada em funções dos Juizes Sociais (só o MARN-Norte indicou, dentro do prazo legal, 90 candidatos a juizes sociais, ao contrário dos proprietários que não indicaram um só candidato) e a participação do MARN e dos reendeiros em tudo o que ao arrendamento rural diz respeito, foram outras reivindicações dos reendeiros constantes no documento final.

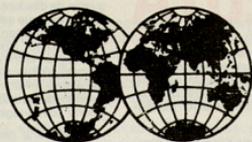
No Norte como no Sul

O V Encontro dos Reendeiros do Norte, veio provar algo de muita importância e significado. Pelas intervenções dos reendeiros, pelos documentos aprovados, ficou algo que a actual política de recuperação capitalista compromete a sobrevivência de milhares de pequenos agricultores e reendeiros do Norte, provoca a diminuição da produção agrícola e o subaproveitamento de terras cultiváveis, favorece os proprietários absentistas e os senhores ricos. Não foi por acaso que os 2.000 reendeiros presentes no Encontro, aprovaram uma Moção de solidariedade com os trabalhadores da Reforma Agrária política dos últimos governos, a Viletação do MAP em terras do Alentejo e Ribatejo, prejudica todos os trabalhadores e compromete a recuperação económica do País!

A luta dos agricultores do Norte, dos reendeiros, faz parte integrante da luta mais geral dos trabalhadores por uma nova política económica e social que tenha em conta a vontade dos trabalhadores, os seus interesses e os do País!



A CGTP-IN e o mundo



DELEGAÇÃO DAS CC.OO. VISITOU PORTUGAL

Nas sequência da visita anteriormente realizada pela CGTP-IN a Espanha e a seu convite, uma delegação da Confederação Sindical das Comissões Obreras de Espanha, visitou o nosso país de 11 a 13 de Dezembro de 1978.

A delegação espanhola que integrava Marcelino Camacho, Secretário Geral das Comissões Obreras, e Serafín Aliaga, Secretário das Relações Internacionais, reuniu com o Secretariado Nacional da CGTP-IN e visitou a empresa Quimigal do Barreiro.

No termo da visita da delegação sindical espanhola e no decorrer de uma Conferência de Imprensa, foi divulgado um comunicado conjunto das Comissões Obreras e da CGTP-IN, que passamos a transcrever.

«(...) Durante as conversações que decorreram em clima fraterno, característico das relações entre as duas Confederações, as delegações da Confederação Sindical das Comissões Obreras e da CGTP-IN informaram-se mutuamente sobre a situação de ambos os movimentos sindicais e sobre a evolução dos processos democráticos em Espanha e Portugal.

«A delegação da Confederação Sindical das Comissões Obreras destacou o novo passo dado com a recente aprovação da Constituição o que implica uma ruptura com as leis

fascistas e a luta dos trabalhadores espanhóis pelo trabalho, pelo pão, pela liberdade e pela penetração da democracia nos centros de trabalho bem como o avanço da unidade de acção sindical. Por seu lado a CGTP-IN informou sobre o actual momento político e sindical vivido em Portugal e que se caracteriza por uma dupla ofensiva no sentido de, através do Governo mais à direita desde o 25 de Abril, criar condições para pôr em causa a Constituição e as principais conquistas da Revolução e simultaneamente enfraquecer a capacidade de resposta dos trabalhadores através da divisão do Movimento Sindical. A estes dois objectivos os trabalhadores têm oposto uma tenaz resistência que começa precisamente no combate firme que travam contra o divisionismo.

«Os Congressos Sectoriais, a Conferência de Mulher Trabalhadora e a Conferência Nacional de Organização são algumas das frentes que permitirão aos trabalhadores e a todo o Movimento Sindical dar as respostas mais adequadas à presente situação. Durante o seu encontro as delegações da Confederação Sindical das Comissões Obreras e da CGTP-IN abordaram conjuntamente alguns aspectos da situação internacional. Em inúmeros países os trabalhadores

sofrem nas suas condições de trabalho e no seu padrão de vida os efeitos da crise profunda do sistema capitalista. A inflação, a perda progressiva do poder de compra e o desemprego aos milhões, são realidades que em Espanha, em Portugal e a nível de inúmeros países do nosso Continente atingem duramente as condições de vida e de trabalho de outros tantos milhões de trabalhadores, nomeadamente os jovens e as mulheres. Os trabalhadores emigrados são um dos sectores mais profundamente afectados por esta situação e por ela discriminados.

«As duas organizações intensificarão os seus esforços conjuntos para a defesa dos interesses dos trabalhadores emigrados.

«Por outro lado as duas delegações vêem com grande preocupação a situação em que no mundo ainda se encontram numerosos trabalhadores e povos que sofrem a tirania do fascismo, o colonialismo e o apartheid e todas as formas de que se reveste a acção do imperialismo, que não cessa de se imiscuir política e militarmente nos assuntos internos de outros países e de tentar criar novos focos de tensão no mundo com o ob-

federação Sindical das Comissões Obreras e da CGTP-IN durante a sua frutuosa troca de informações e pontos de vista entendem que é cada vez mais necessária a unidade do Movimento Sindical a nível nacional e internacional com vista a acções conjuntas em defesa dos interesses dos trabalhadores face à exploração cada vez maior dos monopólios e das multinacionais.

Nesta perspectiva e tendo em conta as suas próprias experiências as duas delegações condenam com firmeza todas as acções que visem a divisão dos trabalhadores e do seu Movimento Sindical assim como todas as tentativas para impedir a nível de cada país e a nível internacional acções convergentes no sentido da unidade dos trabalhadores e dos seus sindicatos.

«Ambas as partes coincidem na ideia de que a nível do nosso Continente a existência de uma organização sindical internacional, como a C.E.S., amplamente unitária e dinâmica poderia ser um factor determinante para a solução dos problemas com que se debatem os trabalhadores das nossas regiões.

«Durante longos anos, os



jectivo de submeter inúmeros povos aos seus interesses e de incrementar a corrida aos armamentos.

As duas delegações manifestam, pois, a sua inteira solidariedade a todos os trabalhadores e povos que lutam pelas suas liberdades e pela completa emancipação a todos os níveis.

Ambas as delegações entendem ainda que é primordial prosseguir as acções tanto a nível nacional como a nível internacional em favor da Paz, do desarmamento e pelo fim da corrida aos Armamentos.

«As delegações da Con-

regimes fascistas que vigoraram em ambos os países tudo fizeram para afastar os trabalhadores de Espanha e de Portugal, nações vizinhas e com um passado histórico mergulhando nas mesmas raízes. Assim as duas delegações, embora valorando positivamente o nível das suas relações, decidiram incrementá-las a todos os níveis, no interesse dos trabalhadores de Espanha e de Portugal, e acordaram, nesta perspectiva, reunir-se pelo menos uma vez por ano ou sempre que se considere necessário.

CNT DO URUGUAI

- 12 ANOS DE LUTA

Como haviamos indicado num dos números anteriores o proletariado do Uruguai encabeçou desde o primeiro dia a luta contra a ditadura. Apesar das duas condições de ilegalidade em que tem que batalhar a CNT, enfrentando com valor e heroicidade a repressão, desenvolve uma intensa actividade de organização dos trabalhadores contra o fascismo, pelo pão, pela liberdade. Fiel intérprete das mais sentidas reivindicações do povo trabalhador do Uruguai, a CNT, cujo prestígio ultrapassa as fronteiras do seu país, é assim um dos principais alvos da repressão. Milhares de dirigentes e sindicalistas da CNT do Uruguai jazem nas masmorras da ditadura. Centenas de dirigentes foram barbaramente torturados pelos esbirros, a soldo dos militares fascistas de Montevideo.

A Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, investigou alguns dos crimes praticados contra o povo daquele país latino-americano.

A **ganha assassina** dos trabalhadores atingiu indistintamente as crianças, as mulheres e os mais diversos sectores da população, desde os trabalhadores aos comerciantes, dos padres aos estudantes e aos militares.

Heitor Lorenzo Avellaneda, padre, morreu no hospital militar poucos dias após a sua prisão. Um comunicado oficial indicou que se suicidara. Proibida a autópsia soube-se, no entanto, que o seu corpo revelava sinais de tortura.



VLADIMIR TURIANKY
Vice-presidente da CNT



GERARD CUESTA
Secretário da CNT

uma ferida provocada por bala e outra por um objecto cortante.

Ivo Fernandez, trabalhador portuário, dirigente sindical, foi preso e morto em Montevideo após violenta tortura no Batalhão de Cavalaria de Artigas.

Carlos Curuchaga, médico, foi preso e interrogado pela polícia política. Morreu pouco depois vitimado pela tortura.

Alto Guala, comerciante, preso pela Divisão de Infância n.º 4 de Colônia foi interrogado e assassinado pela tortura conhecida por o «submarino».

Edison Marin, trabalhador agrícola, foi torturado no Regimento de Cavalaria de Montevideo. Inanimado foi atirado a cães esfomeados e comple-

tamente despedaçado. Poderíamos citar muitas outras centenas de casos de patriotas Uruguaios que pereceram às mãos dos assassinos da ditadura.

Dos mais diversos quadrantes partem as condenações ao regime ditatorial. As Nações Unidas, através da Comissão dos Direitos Humanos, continuaram a analisar as violações praticadas pelos ditadores de Montevideo, que só subsistem graças ao apoio que lhes concede o Pentágono e alguns (cada vez mais pequenos) circuitos imperialistas.

Várias organizações sindicais, entre elas a CGTP-IN, apresentaram queixas relativas à violação das liberdades sindicais no Uruguai. O caso foi examinado pelo Conselho de Administração daquela organização especializada da ONU que publicou entretanto

as suas Conclusões Provisórias, sobre as violações às convenções n.º 87 (liberdade sindical), n.º 98 (direito de sindicalização e negociações colectivas).

Apesar das difíceis condições em que trabalha, no quadro da ditadura, apesar da repressão a que está sujeita, a CNT, que representa 98% dos trabalhadores sindicalizados do Uruguai, enfrenta, ainda e também, as investidas dos divisionistas e dos amarelos que não exitam mesmo em colaborar com o regime.

A trajectória destes falsos sindicalistas apoiados pela AFL-CIO e outrora também por outros circuitos sindicais clássicos do divisionismo, deveria fazer reflectir também quantos se deixam influenciar por aquelas telex e inconscientemente os ajudam.

A luta do povo e dos trabalhadores do Uruguai continua a suscitir por todo o Mundo o apoio e a solidariedade dos democratas e dos sindicalistas.

A CGTP-IN, fiel intérprete dos sentimentos de solidariedade dos trabalhadores portugueses, prosseguirá o seu apoio à luta daquele heróico povo Sul-Americano.

A CGTP-IN EM CUBA...

No passado dia 9 de Dezembro regressou a Portugal, vinda de Cuba, uma delegação da CGTP-IN, composta pelos camaradas Armando Teixeira da Silva, membros da Comissão Executiva do Secretariado Nacional, e José Manuel Carinhas, chefe-adjunto do Departamento Internacional.

A delegação da CGTP-IN participou naquele país, a convite da Central dos Trabalhadores de Cuba, nos trabalhos do XIV Congresso daquela organização.

...E NA ROMÉNIA

Uma delegação da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional visitou, de 22 a 28 de Outubro, a República Socialista da Roménia, a convite da

União Geral dos Sindicatos da Roménia.

A delegação da CGTP-IN, conduzida pelo camarada Manuel Freitas, Secretário Nacional, integrava igualmente os camaradas Manuel Teixeira, secretário da Federação dos Sindicatos do Comércio, e José Manuel Carinhas, chefe-adjunto do Departamento Internacional da CGTP-IN.

Durante a visita a delegação da CGTP-IN foi recebida por Gheorge Paná, Presidente da UGSR, tendo efectuado, igualmente, reuniões de trabalho com o Secretariado da UGSR, as quais decorreram num ambiente de franca e frutuosa amizade.

A delegação portuguesa visitou, também, algumas empresas industriais e comerciais, bem como centros de repouso e de tratamentos para trabalhadores, em diversas regiões do país.

P. TAGLIAZUCCHI
Da Federação
dos Metalomecânicos
de Itália

FAZER A UNIDADE À ESCALA EUROPEIA

«Nós apoiamos a necessidade de alargamento das organizações sindicais europeias a toda a Europa, independentemente de pertencerem, ou não, ao Mercado Comum» — afirmou o camarada Tagliazucchi, da Federação dos Trabalhadores Metalomecânicos de Itália, em entrevista concedida em exclusivo a «Aavanca».

Este sindicalista italiano que esteve recentemente em Portugal, integrando a delegação do seu país, por ocasião da realização do Congresso dos Sindicatos da Metalurgia e Metalomecânica, reafirmou, ainda, a importância da unidade de todos os trabalhadores, tanto a nível nacional como internacional.

Aavanca — O camarada representa a central unitária — FLM — fruto da união da CGIL, da CISL e da UIL Italianas. Esta unidade é o resultado dum longo processo interno. O que motivou este processo e que valor atribui à unidade dos trabalhadores?

Tagliazucchi — A razão de ser deste processo centra-se no facto de o Movimento Sindical dividido ser demasiado fraco, face ao patronato.

A divisão sindical na Itália tinha enfraquecido consideravelmente o Movimento Sindical, especialmente, no que respeita ao sector industrial; e, portanto, à metalurgia. Foi por isso que um processo de reaproximação, em primeiro lugar e de unificação mais tarde, foi iniciado em 1962 e sofreu uma aceleração para os fins dos anos 60. Com as grandes lutas de 1969, manifestou-se um novo elemento no Movimento Sindical, especialmente na metalurgia, ou seja a criação de delegados sindicais eleitos, independentemente da sua filiação sindical e directamente pela base. Foram portanto os delegados unitários de todos os trabalhadores, que aceleraram o processo de unificação das organizações sindicais.

Teríamos podido, talvez, ter chegado mais longe, no processo de unificação mas devemos ter em conta o conjunto do Movimento Sindical, que não está tão avançado como a metalurgia.

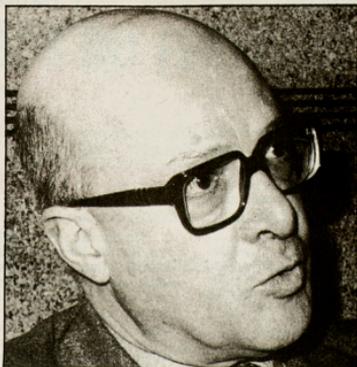
Foi assim que formámos a F.L.M. — a Federação dos Trabalhadores Metalomecânicos — que tem como componentes os três Sindicatos da Metalurgia, mas que funciona unitariamente. Temos, portanto uma organização sindical que é o único organismo que estabelece negociações com o patronato e com o Governo, o único organismo que unitariamente representa os trabalhadores a nível internacional. Por outro lado a F.L.M. dispõe de organismos dirigentes unitários, a nível nacional e local, de um cartão único para os seus associados, dispõe igualmente de sedes unitárias, etc, que, portanto, funciona de uma maneira totalmente unitária.

Aavanca — O camarada abordou a questão internacional. Neste sentido gostava que me dissesse que valor atribui à unidade dos trabalhadores, a nível do nosso continente — a Europa — e, mesmo, a um nível ainda mais elevado, isto é, a nível mundial?

P. Tagliazucchi — A unidade dos trabalhadores, especialmente nos países capitalistas, onde a luta é mais aguda, é fundamental. Particularmente na Europa Ocidental, onde decorre o processo de integração capitalista, os trabalhadores devem encontrar os meios de se unificarem ou de convergirem para plataformas comuns. Este processo é indispensável porque, se pelo contrário, os trabalhadores se apresentam divididos face ao patronato europeu, serão facilmente derrotados.

Não é um processo fácil. Todavia, nós contactamos que a nível europeu este processo avança. De resto, devo dizer que o Movimento Sindical Português deve, o mais rapidamente possível, encontrar o seu lugar legítimo no seio do Movimento Sindical Europeu.

Aavanca — A esse respeito estamos cientes de que, por exemplo a C.E.S. (Confederação Europeia dos Sindicatos) não



é, ainda, uma organização aberta a todos os quadrantes, por razões que nós CGTP-IL, dificilmente compreendemos.

Por isso, e considerando a importância fundamental da unidade para a luta dos trabalhadores do nosso continente, como pensa que a nível europeu deveria ser resolvida a questão da unidade?

P. Tagliazucchi — Não há soluções feitas. Há um processo e uma luta. Há uma luta das forças unitárias no interior do Movimento Sindical Europeu, contra as tendências que não são tão unitárias e por isso que quando digo que o Movimento Sindical português deve encontrar o seu lugar legítimo no Movimento Sindical Europeu, acrescento ainda que é um objectivo de luta, que é também um objectivo para as forças sindicais italianas por exemplo.

Nós apoiamos a necessidade de alargamento das organizações sindicais europeias a toda a Europa, independentemente de pertencerem ou não ao Mercado Comum. Não pensamos que seja útil o facto de as organizações sindicais europeias estarem limitadas ao Mercado Comum. Nós, que pertencemos à Federação Europeia da Metalurgia, batemo-nos no interior dessa Federação, para que ela seja a organização de toda a Europa capitalista e não só da Europa do Mercado Comum; e que ela seja a Federação de todas as organizações da metalurgia e não só de algumas.

Temos a mesma orientação no que respeita à C.E.S. e é por isso que digo ser este também um objectivo de acção e de entendimento entre nós.

Nós acreditamos que acordos, colaboração e acções comuns entre organizações sindicais de diferentes países, especialmente no respeitante à metalurgia, sejam possíveis e necessários, mesmo independentemente de uma filiação comum, nas organizações europeias.

Colaboramos por exemplo, com todas as organizações sindicais espanholas; a UGT está filiada na Federação Europeia da Metalurgia; a USO era-o até há pouco tempo e as Comissões Obreras não são filiadas, mas nós julgamos necessário manter relações de cooperação com as três centrais, e julgamos necessário encontrar possivelmente acções comuns. O mesmo desejamos fazer com a Federação da Metalurgia de Portugal, independentemente da sua filiação.

Aavanca — Para terminar, gostaria de ouvir a sua opinião sobre o desenrolar dos trabalhos do Congresso dos Sindicatos da Metalurgia e Metalomecânica de Portugal, a que assiste como convidado representando a Federação irmã de Itália.

P. Tagliazucchi — Fiquei impressionado pela solidez dos delegados e pela atmosfera democrática dos debates.

Teatro

1.º FESTIVAL SINDICAL
DE TEATRO DE AMADORES

DO ÊXITO ÀS RESPONSABILIDADES

No passado dia 3, primeiro domingo de Dezembro, à noite, Federico Garcia Lorca, na sala da Academia de Santo Amaro, em Lisboa, e Luís Francisco Rebelo, no Teatro dos Modestos, no Porto, encerraram, com «boas salas», o 1.º Festival de Teatro de Amadores. Desse e dos outros actos que foram o Festival se lavra o presente artigo que, pequeno como mandam as regras do Alavanca, vai em jeito de balanço, com portada aberta para o futuro.



Daqui, aliás, a designação de Sindical, que o regulamento explicitava e se traduzia na exigência de o Festival só admitir grupos com trabalhadores na sua composição.

Com o Festival formalmente terminado outra questão pertinente é a que se coloca deste modo simples: e agora?

Pois agora ao trabalho, que a tarefa que nos impomos extrazeta claramente os limites temporais que o regulamento estipulava.

O Festival não é mais do que — e isto deve ter resultado transparente do que atrás se

disse — uma motivação, um centro de interesse, um pretexto. A reflexão colectiva sobre o que se passou, o aprofundamento do diálogo e a implantação de esquemas de colaboração permanente entre a CGTP-IN e as entidades que participaram activamente no Festival (Associação Portuguesa de Teatro de Amadores, Sociedade Portuguesa de Autores, Associação Portuguesa de Escritores, Associação Portuguesa de Críticos Teatrais), o apoio a acções de formação, a criação de um público regular nas empresas para os grupos de

teatro de amadores, a organização de grupos de amadores nos Sindicatos e empresas, a prática de Encontros de nível regional — eis algumas das linhas de acção previstas.

E como o 2.º Festival deverá ser — queremos que o seja! — uma edição revista, corrigida e aumentada do primeiro, está já formada uma Comissão Organizadora Permanente, para funcionar até 1980.

A resumir, digamos que o espírito que reina aqui na casa é o de «o 1.º Festival acabou, viva o 2.º Festival, mas o que há a fazer entre os dois é o mais importante».

A terminar, uma última questão que talvez ninguém tenha ainda formulado mas que vai, inevitavelmente, ser dada a debate e de possível controvérsia. Ela: o êxito do 1.º Festival é a continuidade que publicamente se afirma pretender dar-lhe não criam, neste campo, alargada responsabilidade para a CGTP-IN?

Criam, sim senhor. Ressalvando que o que se passa na área do Teatro de Amadores é, fundamentalmente, um problema da respectiva Associação, e que as excelentes relações que o Festival cimentou entre a APTA e a CGTP não justificam que se perca de vista a fronteira entre o que a uma e a outra cabe, o Movimento Sindical e os seus dirigentes e activistas assumiram, desde o próprio minuto do lançamento da iniciativa, uma responsabilidade grande e multifacetada. Como, por exemplo, a de assegurar uma boa qualidade organizativa para o próximo Festival, a partir de agora um momento alto da dinâmica do Teatro de Amadores; ou ainda a de garantir aos grupos amadores, para o desenvolvimento da sua actividade, todo o apoio de que a estrutura sindical é capaz; também a de levar à prática, criando condições para isso, a intenção expressa de formar grupos nos Sindicatos e empresas; e, acima de todas, a de colocar todo o seu peso e força na luta pela expansão do Teatro de Amadores e pela salvaguarda das suas características de arte popular e profundamente identificada com os interesses e anseios das classes trabalhadoras.

ANTÓNIO SOUSA SANTOS

Do êxito que o Festival foi, em termos de participação, de organização, de agitação, de impacto, não temos notícia de pessoa, grupo ou instituição donde sobrem dúvidas ou escorra mal-dizer. Afirmamos ter sido, talvez, o maior festival já organizado no País, nestes moldes, e se introduzimos o talvez na frase, é por excesso de cuidado: medida preventiva contra o bacilo do triunfalismo e resguardo contra possíveis alheias sugestões de modéstia na nossa própria avaliação dos factos.

Mas os números são o que são — a tal «linguagem fria» — e por isso dizemos: foi um êxito, ponto final, o próximo será ainda melhor. E adiante. Um adiante que não é pedra sobre assunto mas passagem a outras questões, àquelas que normalmente chamamos «de fundo».

Assim, a própria ideia do Festival, os seus objetivos, a designação de Sindical, a osadia da CGTP-IN em incursionar pelos terrenos da cultura: questões pertinentes, às vezes postas com alguma impertinência.

Passamos a esclarecer.

O teatro interessa à CGTP-IN, como o cinema, a música, as artes plásticas, enfim, tudo o que possa contribuir para o enriquecimento espiritual dos trabalhadores, para a melhoria da sua qualidade de vida, para o aumento da sua capacidade de conhecer e transformar o Mundo. Por isso, todas as actividades que cabem no tempo de não-trabalho, no tempo de lazer dos trabalhadores, são assunto e preocupação da CGTP-IN: por aí, por essa frente, também os trabalhadores avançam.

No caso vertente, o Festival foi a solução encontrada para estimular o interesse dos trabalhadores pela prática teatral e para desencadear um processo, urgente e indispensável, de criação de um verdadeiro teatro amador de empresa, isto é, um teatro que, retendo todas as suas características se acrescente de outras: a de ser mais um espaço de trabalhadores organizados; a de propiciar o aparecimento de uma temática do trabalho; através de criações individuais ou colectivas a partir dos problemas concretos existentes na empresa ou no sector.

FACTOS E NÚMEROS DO FESTIVAL

— COMISSÃO ORGANIZADORA:

Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional
Associação Portuguesa de Teatro de Amadores
Sindicato dos Trabalhadores dos Espectáculos

— ENTIDADES PATROCINADORAS

Secretaria de Estado da Cultura
Secretaria de Estado da Comunicação Social
Direcção Geral do Turismo
Câmara Municipal de Lisboa
Governos Cívicos de Faro, Évora e Porto
Fundação Calouste Gulbenkian
Sociedade Portuguesa de Autores
Associação Portuguesa de Escritores
Associação Portuguesa de Críticos Teatrais
Federação Portuguesa de Colectividades de Cultura e Recreio

— Número de Grupos inscritos — 88
— Número de Grupos que apresentaram espectáculos — 75, dos quais:

Zona Norte, 28; Zona Centro, 11; Zona Lisboa, 28; Zona ura

Secretaria de Estado da Comunicação Social
Direcção Geral do Turismo
Câmara Municipal de Lisboa
Governos Cívicos de Faro, Évora e Porto
Fundação Calouste Gulbenkian
Sociedade Portuguesa de Autores
Associação Portuguesa de Escritores
Associação Portuguesa de Críticos Teatrais
Federação Portuguesa de Colectividades de Cultura e Recreio

— Número de Grupos inscritos — 88
— Número de Grupos que apresentaram espectáculos — 75, espectáculos — 75, dos quais:

Zona Norte, 28; Zona Centro, 11; Zona Lisboa, 28; Zona Alentejo, 6; Zona Algarve, 6.

— Números de espectáculos apresentados — 79 (dos quais 6 infantis)

— Composição do Juri Nacional — Papiniano Carlos, Miguel Franco e Romeu Correia, pela SPA; Egito Gonçalves, Paulo Quintela e Bernardo Santareno, pela APE; Diniz Jacinto, José Oliveira Barata e Fernando Midões, pela APCT; Monte Empina, José Caiola, António Machado e

Victor Carvalho, pelo STE; Fernando Peixoto, Manuel Ângelo, Joaquim Eusébio, Graciano Simões e Bento Martins, pela APTA; António Pinto e António Santos Sousa, pela U.S. Porto; Jorge Lopes, pela U.S. Coimbra; Miguel Medina, pela U.S. Lisboa; António Sousa Santos, pela CGTP-IN.

— Grupos apurados para as finais regionais e respectivos espectáculos:

ZONA NORTE — Grupo Dramático e Musical Flor de Infesta, com «A Mordaça», de Alfonso Sastre; Grupo de Mérito Dramático Avintense, com «A Pena e a Lei» de Ariano Suassuna; Grupo Recreativo os Modestos de Vilar de Andorinho, com «Pluft e Fantasmilha» de Maria Clara Machado; Grupo de Amadores de Teatro da Cooperativa Filarmónica da Póvoa de Varzim, com «O Dia Seguinte» de Luís Francisco Rebelo.

ZONA CENTRO — CETA, de Aveiro, com «O Soldado Fanfarrão» de Plauto; Grupo de Teatro da Casa do Povo de Monte Real, com «A Seara de Vento», de Manuel da Fonseca; Grupo de Teatro Popular de Espinho, Cooperativa Nascente, com «O Soldado Vigilante» e «O Retábulo das Maravilhas» de Cervantes.

ZONA DO ALENTEJO — Grupo Cénico da Sociedade Recreativa e Dramática Eborense, com «Um Dia de Vida», de Costa Ferreira.

ZONA DO ALGARVE — Grupo de Teatro da Casa da Cultura da Juventude de Faro, com «O Teatro é uma Arma», criação colectiva-grupo de Animação Teatral dos Trabalhadores do Hotel EVA, de Faro, com «O Contraste», de José Guerreiro; Grupo de Teatro Caetano José Pereira, de Portimão, com «Está Lá» de André Brun, «O Usuário» de Albertino Mestre e «O Julgamento do Zé Broa» de Caetano José Pereira e Albertino Mestre.

ZONA DE LISBOA — Teatro Experimental de Samora Correia, com «Maria Emília» de Alves Redol; Grupo de Teatro de Carnaxide, com «As Mãos de Abraão Zacut», de Luís de Sttau Monteiro; Grupo de Teatro Amador Combate, do Cartaxo, com o espectáculo infantil «O Homem do Regador», criação colectiva; Grupo de Teatro Amador Início, de Lisboa, com «O País das Letras», de Lino Patrício; Grupo de Teatro de Campolide (Amadores), com «A Sapateira Prodigiosa» de Garcia Lorca.

Desporto

INTERESSE ECONÓMICO NO FENÓMENO DESPORTIVO

Desde as deslocações necessárias até ao recinto apropriado, à construção das instalações, aparelhos e material adequado, organização, alojamento, alimentação qualitativamente superior, etc., tudo é posto em marcha pelo funcionamento dum certo desporto, sobretudo quando este se assume em espectáculo, veiculado por profissionais, com as subsequentes exigências. Todo este «mundo-dinâmica» da produção de diversas empresas que, por seu turno, procuram apropriar-se das circunstâncias mínimas para publicitar e vender os seus produtos.

A todo este mercado, mais ou menos claro e consentido, não escapa o jogador, pedra basilar em toda a máquina que a estratégia capitalista procura acocionar. Ele é também o alvo dos clubes, normalmente ditos de «utilidade pública» cuja actuação se enquadra em moldes quase empresariais. Para manter a «chama viva» da clubide, há que renovar nomes, introduzir sensacionalismo, no fim, negociar. Assim surgem os «Eusebios» e os «Rivelinos» para a troca, tornados moeda de interesses em que a multidão ululante e crente, ao defender sem condições, se torna no melhor cheque de cobertura.

A estes dados se associam alguns órgãos de comunicação social — imprensa, rádio

O Desporto, nas suas múltiplas facetas, tem características de consumo e produção que o introduz sob a forma própria nos circuitos económicos das sociedades, que o «utilizam» mais, do que dele beneficiam.



ou televisão — por vezes perspetivados pelo trínio, impacto, venda e lucro, sem pesar se tais dividendos se coadunam com o papel social que deveriam entornar.

Entretanto, os aparelhos de áudiovisuais multiplicam-se no impárvil avanço da técnica a que os jornais apenas resistem devido à sua possibilidade de análise «a posteriori» do acontecimento que a rádio e a TV apresentaram «a quente»...

Voltando ao clube como empresa, onde se arranjam fundos para promover «investimentos» de maior nível e variado teor, fácil é encontrar profundas crises económico-financeiras, indícios de opera-

ções extrasdesporto, orientadas por megalómanos de empresas afins.

Suprindo tais carências, assim surgem os pedidos de subsídio, oficial ou privado, os «dias do clube», os aumentos da quota, enfim, formas várias de espoliar, colectiva ou individualmente, o cidadão adepto, ao que este corresponde, com o sorriso amarelo nos lábios, embalado «nos serviços prestados» por amor ao emblema e ao desporto!...

Não vai longe o tempo em que, na engrenagem, se começaram a observar, também, os pequenos clubes que, na corrida competitiva para um triunfo ilusório e distante, fazem das fraquezas forças e do impos sível dinheiro, para

sentirem o prazer da sua própria graça e miséria que adiante os há-de soterrar.

Assim se estabelece de forma cada vez mais definida a existência dum «entidade patronal» e de trabalhadores em cujas relações vão desaparecendo os sinais do «desporto», restando apenas os contornos de um profissionalismo criado à luz de interesses capitalistas, sem projecção de um benefício social subjacente.

Para o atleta profissional, o aspecto formativo da sua actividade não mais tem importância senão como meio de proporcionar a maior especialidade que irá fazer funcionar as receitas.

Para os outros, para os que optam por um desporto vulgarmente chamado de amador, resta-lhes praticá-lo em função do seu poder de compra e dos tempos livres marcados por actividades diárias extremamente limitativas, aguardando que o desporto seja, um dia, uma «instituição» cultural proporcionada à todos por responsabilidades do Estado democrático.

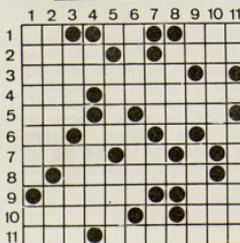
Quando a Constituição tiver força de lei, sem falsas interpretações de sabor oportunista, e sem suscitar «referendos»...

Quando o Desporto fior, mais do que um direito, uma prática do Povo.

ÁLVARO ESTEVES

Passatempo

Problema n.º 24



HORIZONTAIS

- 1 Estás; Em ele; Chile
- 2 Estampinha; Perturbação mental
- 3 E com ele que construímos o futuro, conquistando a independência nacional; Segunda vogal do alfabeto português
- 4 Monarca; Harmonia
- 5 Ave pernalta; Canto de muitas vozes reunidas
- 6 Pedra de moínho; Em as; Nota musical
- 7 Tosto; Igualdade (Farm)
- 8 Os filhos dos trabalhadores, ainda não têm acesso a elas, em igualdade de circunstâncias
- 9 Tens como objectivo; Rio de Portugal
- 10 Competidor; Nome masculino (Ivory)
- 11 Lavra à terra com o arado; Devastas.

VERTICAIS

- 1 Delimitar; Batriquão
- 2 Existêreos; Caminhar para cá
- 3 Casta; Líquido nutritivo que circula nas plantas
- 4 Prefixo de oposição pronominal possessiva
- 5 Registo do que se tratou numa sessão ou assembleia; Silêncio
- 6 Cidade capital Europeia; Saudáveis
- 7 Anagrama de chá; O mais; Campeão
- 8 Na totalidade
- 9 Apelido; Cidade da antiga Caldeia; A fina flor
- 10 Cem metros quadrados; Pronome pessoal; Ovário dos peixes
- 11 Alem; Da mesma condição social (pl)

SOLUÇÕES

- HORIZONTAIS
- 1 Estás
 - 2 Chile
 - 3 E
 - 4 Monarca
 - 5 Ave pernalta
 - 6 Pedra de moínho
 - 7 Tosto
 - 8 Os filhos dos trabalhadores
 - 9 Tens
 - 10 Competidor
 - 11 Alem
- VERTICAIS
- 1 Delimitar
 - 2 Existêreos
 - 3 Casta
 - 4 Prefixo de oposição
 - 5 Registo
 - 6 Silêncio
 - 7 Saudáveis
 - 8 Na totalidade
 - 9 Caldeia
 - 10 Cem metros quadrados
 - 11 Alem

Edições **alavanca** CGTP-IN



CONFEDERAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES PORTUGUESES
INTERSINDICAL NACIONAL

DELIBERAÇÕES DO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS

1. MANIFESTO
2. CADERNO REIVINDICATIVO
3. RESOLUÇÃO

01/ DELIBERAÇÕES DO CONGRESSO
Manifesto, Caderno Reivindicativo, Resolução — Preço 2350



FORMAÇÃO SINDICAL

TEMA 1

INTERSINDICAL

02/ FORMAÇÃO SINDICAL
(4.ª edição) 6 temas para estudar, com 130 pág. ... Preço 108 00



POSTER

CGTP-INTERSINDICAL

03/ POSTER
Posters com hino da CGTP-IN — 208 00



CONFEDERAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES PORTUGUESES
INTERSINDICAL NACIONAL

PROGRAMA DE ACÇÃO

APROVADO PELO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS
Realizado em 27, 28, 29 e 30 de Julho '77

CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS

1/ PROGRAMA DE ACÇÃO
Aprovado no Congresso de Todos os Sindicatos — Preço 7850



cont colectivo

e política de salários

2/ CONTRATAÇÃO COLECTIVA E POLÍTICA DE SALÁRIOS
Um volume cartado, com 250 pág. ... Preço 608 00

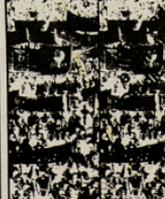


SE O PACOTE 2 FOR APLICADO...

PREVISTO

3.ª EDIÇÃO

3/ SE O PACOTE 2 FOR APLICADO
2.ª EDIÇÃO ... Preço 158 00



LIBERDADE E DIREITOS SINDICAIS

4/ LIBERDADE E DIREITOS SINDICAIS
Lei Sindical comenda. Precedos: CGTP-IN, PPD/PSD, P.C.P. Decreto-Lei 215-B/75. Textos da Constituição e da Convenção 96 OIT ... Preço 308 00



POSIÇÃO DA CGTP-INTERSINDICAL

Face à Situação Social e Política e medidas de acção adoptadas para defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores

PLENÁRIO DE 4 DE SETEMBRO

5/ POSIÇÃO DA CGTP-IN FACE À SITUAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA
Medidas de acção adoptadas para defesa dos interesses dos trabalhadores ... Preço 108 00



C. G. T. P.
INTERSINDICAL

ESTATUTOS

*
REGULAMENTO DO CONSELHO GERAL

6/ ESTATUTOS DA CGTP-IN
Contém o organograma do Movimento Sindical — Preço 7850

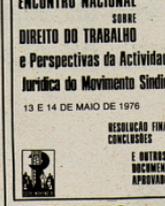


PARA A HISTÓRIA DO MOVIMENTO SINDICAL PORTUGUÊS

CONFERÊNCIAS DE REVISÃO SINDICATOS

PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES

7/ PARA A HISTÓRIA DO MOVIMENTO SINDICAL
Preço — 1208 00



ENCONTRO NACIONAL SOBRE DIREITO DO TRABALHO e Perspectivas da Actividade Jurídica do Movimento Sindical

13 E 14 DE MAIO DE 1976

RESOLUÇÃO FINAL CONCLUSÓRIAS E OUTROS DOCUMENTOS APROVADOS

8/ ENCONTRO NACIONAL SOBRE DIREITO DO TRABALHO
Preço — 208 00



HISTÓRIA DA INTERSINDICAL

ALAVANCA

EM BANDA DESENHADA 1.ª VOLUME

9/ HISTÓRIA DA INTERSINDICAL
Preço — 108 00



O MOVIMENTO SINDICAL EXIGE

SALARIO MINIMO NACIONAL

Indústria, Comércio, Serviços 6900\$00

Agricultura 5 700\$00

Serviço doméstico 4 400\$00

SUBSIDIO DE DESEMPREGO

Trabalhadores com encargos familiares 5100\$00

Trabalhadores sem encargos familiares 3900\$00

PENSAO MINIMA DE REFORMA

Regime geral 3600\$00

Rurais 1750\$00

PENSAO SOCIAL

Urbana 1500\$00

Rural 1000\$00

ABONO DE FAMILIA 350\$00